



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 095

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 095**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	05
Pequeno Expediente:	
Dep. Reni Pereira	07
Dep. Neivo Beraldin	09
Dep. Barbosa Neto	10
Dep. Elio Rusch	10
Dep. José Domingos Scarpellini	11
Dep. Ratinho Júnior	11
Grande Expediente:	
Dep. Antonio Anibelli.....	11
Horário das Lideranças:	
Liderança do PPS:	
Dep. Ratinho Júnior	12
Liderança do PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini	16
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	17
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	18
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	19
Liderança do PMDB:	
Dep. José Maria Ferreira	19
Liderança do Governo:	
Dep. José Maria Ferreira	20
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	21
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	23
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	25
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	26
1ª Discussão	27

Requerimentos29

Encerramento da Sessão30**Publicações:**

Comissão Executiva:

Atos.....31

Diretoria Eral:

Portaria.....31

Atas de Comissão:

Obras Publ., Transp. e Com.....31

089ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE SETEMBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchini, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv e Luiz Fernandes da Silva Litro, (02). Achando-se em viagem representativa o Sr. Deputado Natálio Stica (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 13 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho requerer a V. Exa., com base no disposto no artigo 90, inciso II, parágrafo 3º e artigo 93 e parágrafo 1º, utilização do horário do Grande Expediente nas Sessões Plenárias das segundas, terças e quartas-feiras da 4ª Sessão Legislativa, ano de 2006, da atual legislatura.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Indicações

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a indicação do Deputado Mário Sérgio Bradock, para fazer parte da Comissão Especial de Investigação - CEI, que irá investigar os graves problemas relacionados com os caça-níqueis e jogos de azar.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder da Bancada do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O líder da Banda do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar o Deputado Natálio Stica, para compor a Comissão Especial de Investigação - CEI, que irá investigar os caça-níqueis e jogos de azar, no Paraná.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) TADEU VENERI

Líder da Bancada do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o ilustre Deputado Neivo Beraldin irá compor a Comissão Especial de Investigação dos caça-níqueis constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2005, desta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que irei compor a Comissão Especial de Investigação dos caça-níqueis, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2005, desta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2671

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia de 13.09.2005, por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 082/2005, que acrescenta parágrafo terceiro ao artigo 31 da Lei Complementar nº 76, de 21.12.95.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 14.09.2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004, que susta os efeitos do acordo de acionistas da Sanepar, celebrado em 04.09.98, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ratinho Júnior, André Vargas, Hermes Fonseca, Elton Carlos Welter, Nelson Garcia, Elza Correia, Rafael Greca, Neivo Beraldin, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário, Antonio

Anibelli, José Maria Ferreira, Ailton Araújo, Ademir Bier, Nereu Moura, Miltinho Pupio, Delegado Bradock, Cesar Seleme, Marcos Isfer, Luiz Accorsi e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 04 de outubro de 2005 no período de 14h30 às 18h00 para realização de Assembléia do Sindjus, Sindicato do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina, pelos 29 anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, em nome do seu Diretor, Sr. Wilmar Sachetin Marçal, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Donato Parisotto. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Bel. Wilson Alves Rodrigues. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2665

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. David José de

Castro Gouvêa, Coordenador da 09ª Unidade de Infra-Estrutura terrestre, solicitando a construção de uma trincheira ou passarela na BR-376, nas proximidades do Km 29, em Contenda, Município de São José dos Pinhais, Paraná.

A via existente não oferece segurança nem condições de tráfego de pedestres, onde a circulação de crianças é inevitável, pois residem nas regiões de Roça Velha e do Córrego Fundo, havendo necessidade de atravessar a BR-376 para chegar até a Escola Municipal Luis Singer, única escola da região.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2677

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo providências urgentes para que seja aumentado o efetivo das Polícias Civil e Militar no Município de Maringá.

Considerando, o aumento significativo da criminalidade naquele município e na região Noroeste do Estado, sendo que neste sábado culminou com a morte do contabilista Rubens Orlandine, de 41 anos de idade, assassinado em pleno centro de Maringá, sendo esta a 27ª morte em plena zona urbana;

Considerando, o aumento indiscriminado do tráfico de drogas - crack principalmente - com denúncias da imprensa de haver mais de 80 pontos desse tráfico na zona urbana de Maringá;

Considerando, que Maringá sempre foi considerada como a cidade mais segura do interior do País, e, hoje, estão com índice de assassinato, maior do que em todo o ano de 2004 - 22 homicídios em 2004 e 27 em 2005 - mesmo restando quatro meses para terminar o ano;

Considerando as investigações feitas e publicadas pelos repórteres do jornal O Diário do Norte do Paraná, de circulação em Maringá e região;

Considerando, que o Sr. Governador tem se esforçado no sentido de equipar com viaturas e treinamentos os homens das polícias civil e militar;

Considerando, que é o projeto do Governo do Estado, colocar as polícias nas ruas para o combate ao crime, diante dessas considerações, e diante da enorme preocupação da população maringaense quanto ao atual quadro de insegurança vivido naquela cidade, este Parlamentar, tomando conhecimento de que o Governo do Estado pretende contratar mais de 1.000 homens para as Polícias Civil e Militar, vem REQUERER do Exmo. Sr. Governador, que desse número de novos policiais, pelo menos 200 sejam designados para prestar serviços em

Maringá, na busca pelas soluções do alto crescimento da criminalidade na região.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2672

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, solicitar informações junto à Secretaria de Estado da Fazenda, a respeito do motivo pelo qual foi fechada a agência daquela Secretaria, no Município de Dois Vizinhos.

Ademais, como o referido fechamento ocorreu de maneira súbita, a população está desprovida de informações, sendo função dos Parlamentares desta Casa de Leis esclarecê-los.

Aproveitando ainda esta oportunidade desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 548/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Lucinéia Ricardo Braciforte - Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubitatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Lucinéia Ricardo Braciforte, localizada na Rua Costa e Silva, nº 1313, Município de Ubitatã, é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

- buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;

- promover entrosamento entre pais, alunos e professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 549/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hotéis, pensões e albergues situados no Estado do Paraná ficam obrigados a manter ficha de identificação de crianças e adolescentes, acompanhadas ou não dos pais ou representantes legais, que se hospedarem no estabelecimento.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

§ 2º Excetuam-se dos estabelecimentos citados no *caput*, os abrigos, albergues e casas de passagem mantidas direta ou indiretamente pelo poder público, destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco.

Art. 2º A ficha de identificação de que trata esta lei conterá os seguintes dados:

- I - nome completo da criança;
- II - filiação;
- III - dados do documento oficial;
- IV - naturalidade;
- V - data de nascimento;
- VI - dados do responsável legal;
- VII - endereço e telefone.

Parágrafo Único. A ficha de identificação referida no *caput* considerará como documento oficial:

- 1. cédula de identidade;
- 2. certidão de nascimento;
- 3. passaporte;
- 4. outro, estabelecido em regulamento.

Art. 3º A não apresentação da documentação requerida, impossibilitará a hospedagem da criança e do adolescente com até 16 anos.

Parágrafo Único. É facultado ao adolescente maior de dezesesseis anos a apresentação única dos seus dados pessoais, consoante o disposto no artigo anterior.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação, disciplinando, inclusive, a destinação das fichas registradas.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Infantil, em Brasília, de fevereiro de 1997 a janeiro de 2003, recebeu 2937 denúncias, na qual a região Sudeste despontou como líder, com 46% das queixas, seguida do Nordeste com 28%.

O problema do rapto e do abuso infantil se alimenta da inocência, ingenuidade, fragilidade emocional e até mesmo do medo das crianças, que totalmente indefesas, são incapazes de se proteger dos males que lhes acometem.

O controle rigoroso do trânsito de crianças nos estabelecimentos de hospedagem, assim como o possível acesso do cadastro desses menores pelo Poder Público, tende a contribuir com as autoridades que trabalham na localização de pessoas desaparecidas e no combate ao abuso sexual infantil, atendendo, ainda, ao preconizado na Lei 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que impõe à família, ao Estado e à sociedade, a responsabilidade pela proteção integral às nossas crianças e adolescentes.

O vergonhoso crime da exploração sexual e roubo de crianças, deve urgentemente ser coibido, cabendo-nos lançar mão de todos os mecanismos possíveis, com vistas a esta finalidade.

Dessa forma, submeto a presente propositura à apreciação dos nobres Pares, solicitando o apoio de todos para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 550/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social Uraí, com sede e foro no Município de Uraí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Provopar - Ação Social de Uraí, com sede e foro no Município de Uraí, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a valorização da pessoa humana, atendendo a criança carente, o idoso e o deficiente, organizando ações para a melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 551/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação

Social de União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Provopar - Ação Social de União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a valorização da pessoa humana, atendendo a criança carente, o idoso e o deficiente, organizando ações para a melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 552/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam dispensadas as exigências de multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran devidas por veículo que venha a ser objeto de doação de órgãos públicos, entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamento de dívidas de multas de trânsito liquidadas antes da vigência da presente lei.

Art. 2º No prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação, a presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Após muita luta e uma intensa mobilização, finalmente a Receita Federal, entendendo as necessidades das entidades que lidam com os menos favorecidos, flexibilizou as doações não só de produtos apreendidos, como também, os veículos de transporte gravados com o perdimento.

Ocorre que vários destes veículos possuem um grande passivo de multas, que acabam inviabilizando a sua utilização por entidades reconhecidamente de poucos recursos, anulando, por assim dizer, a doação.

Visando resolver tal questão, estamos propondo o presente projeto de lei, esperando contar com o apoio dos demais Pares.

PROJETO DE LEI Nº 553/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em escola pública que seja localizada mais próxima à sua residência.

§ 1º Para efeito desta lei, estabelecimento mais próximo será considerado aquele cuja distância da residência seja menor ou que seja mais fácil seu acesso por meio de transporte coletivo.

§ 2º Havendo dois estabelecimentos de ensino considerados próximos, poderá o portador de deficiência optar por qualquer instituição.

§ 3º Para a obtenção da prioridade de que trata o artigo 1º, deverão os portadores de deficiência apresentar junto à instituição de ensino, comprovante de residência.

Art. 2º Nos estabelecimentos de ensino cujo ingresso dependa de teste seletivo, ficarão os abrangidos por esta lei isentos da realização do mesmo.

Art. 3º Ficam excluídos da prioridade de que trata o artigo 1º os estabelecimentos de ensino que não possuam as condições necessárias para educação de portadores de deficiência mental e sensorial.

Art. 4º A prioridade de vaga de que trata esta lei abrange as creches públicas.

Parágrafo Único. Ficam excluídas da prioridade de que trata esta lei as creches que não possuam as condições necessárias para o atendimento de portadores de deficiência física, mental e sensorial.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa assegurar ao estudante portador de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em escola pública estadual que seja localizada mais próxima à sua residência.

O portador de necessidades especiais já enfrenta diversas dificuldades na sua vida cotidiana por conta da deficiência que possui, cabendo ao Poder Público a realização de políticas públicas que possibilitem o pleno exercício de seus direitos.

O direito à educação é garantido pela Constituição Federal. Entretanto, sabe-se que o Estado não é capaz de suportar a demanda de alunos que ingressam no sistema de ensino, sendo comum assistirmos a enormes filas para

que as mães ou familiares possam matricular seus filhos em alguma escola próxima de sua casa. Entretanto, como o número de vagas é limitado, muitos alunos acabam sendo matriculados em escolas distantes de sua residência. A situação, que já é injusta para uma criança que não possui deficiência, torna-se mais ainda para uma criança que possui.

Dependendo do tipo de deficiência, a distância do estabelecimento de ensino da residência do aluno, ou mesmo da dificuldade de transporte por meio de transporte coletivo, pode fazer com que o aluno fique fora da escola.

O presente projeto visa, portanto, através da prioridade da vaga em colégio próximo à sua residência, facilitar ao aluno portador de deficiência o acesso à educação, garantido por nossa Constituição.

Assim, adiante do alcance social do presente projeto de lei, conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa na aprovação do mesmo.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem, a começar pelo Deputado Líder do PMDB, Ademar Traiano que foi o primeiro a usar da palavra explicitando um problema que não é só da região Sudoeste, é um problema do Estado do Paraná e ele levantou aqui a questão do fechamento das Agências de Renda de cidades importantes do Estado do Paraná a começar por Barracão, Santo Antônio.

Também citou aqui um problema que, provavelmente, iria passar despercebido, por que algumas cidades importantes como Dois Vizinhos fecharam e cidades não menos importantes mas com uma arrecadação certamente menor, permaneceram abertas como é o caso da cidade de Capanema.

Posteriormente o Líder do Governo, também o Líder do PMDB, Deputado Anibelli, falou da indignação com que as cidades do Paraná, principalmente os contribuintes que pagam a conta, não só da manutenção das Agências de Renda mas também a conta de todos os gastos do Estado do Paraná, pela falta de critérios ou pelo menos, pela não comunicação dos critérios que levaram a fechá-las em algumas cidades.

Hoje, no horário do almoço fomos comunicados, pelo Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que o Governo reviu a sua posição e eu subo aqui neste tribuna, primeiro para comunicar que estarei retirando o requerimento que enviava ao Secretário da Fazenda, expediente solicitando informações sobre os critérios de fechamento

dessas 52 agências, no Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, estou elogiando a postura do Governo em reconhecer o erro que estava cometendo, distanciando o Governo da população, e o que é pior, causando um enorme transtorno aos contribuintes do Estado do Paraná que pagam a conta, mas também precisaram a contrapartida, por parte do Governo do Estado, no que diz respeito ao atendimento nas agências de renda.

Volto a reafirmar o que disse ontem, as Agências de Rendas, todas as que estão abertas, e a Receita Estadual do Estado do Paraná não se prestam tão somente a arrecadar; também prestam serviço de informação de orientação ao contribuinte do Estado do Paraná. E também à população carente, que muitas vezes não tem uma empresa, mas, como explicitiei ontem, morre uma pessoa, tem uma lei em vigor que permite que quando existe um único bem este bem pode ser transmitido aos seus herdeiros sem o pagamento da transmissão *causa mortis*. O que acontece? Precisa fazer um requerimento na Agência de Rendas, o advogado, a maioria das prefeituras ou aquelas que têm uma arrecadação melhor oferecem um advogado, porém ninguém, nem o advogado vai deslocar esta família ou este cidadão, cem ou duzentos quilômetros para protocolar este requerimento.

Então, existem coisas que não é somente o contribuinte, aquele empresário que pode se deslocar e o Governo tem que levar em conta, como levou agora, que a maioria dos cidadãos paranaenses ainda não têm acesso à internet. E em que pese a excelência do serviço que hoje a Receita do Estado presta, por meio eletrônico, da agência eletrônica da internet, a maioria dos contadores ainda não têm essa disponibilidade.

Então, quero fazer esse louvor ao Líder do Governo, ao Líder do PMDB, que fizeram com que a Secretaria da Fazenda voltasse atrás e revogasse o fechamento de todas as agências no Estado do Paraná. Vamos firmar esse pacto que firmamos ontem, independente de ser Situação ou Oposição. O interesse do Estado do Paraná é maior do que a nossa posição político-partidária.

Parabéns ao Líder do Governo, parabéns ao Líder do PMDB, por ter feito o Governo recuar dessa decisão equivocada.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Como nós temos aqui o pessoal do Sincotiba, Sae-mac, Dintec, Ostiupar, Assesa, representando os nossos funcionários e funcionárias da Sanepar. Todos aguardam e eu queria parabenizá-los por estarem aqui tratando de causa tão nobre. Podem contar com esta Casa e com este Deputado. Como está na pauta a 1ª discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004 e sabemos que na CCJ houve um impasse, quero consultar se permanece na pauta, porque os nossos companheiros estando aqui, estão a aguardar esse projeto.

Como está no final da pauta...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Respondendo à Questão de Ordem de V. Exa.

Nós colocamos na pauta de hoje, porque fizemos uma consulta ontem à tarde ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral, que me afirmava e, como fez, em colocar em discussão na Comissão de Constituição e Justiça nas como foi pedido vistas, não foi votado na CCJ, automaticamente sai da pauta.

Não será votado no dia de hoje, porque não tem Parecer da CCJ.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, quero solicitar, se pudéssemos fazer um acordo entre os líderes, mesmo aqueles que pediram vistas, porque como há muitas pessoas interessadas, a sociedade paranaense está interessada nesse Decreto e também os servidores e servidoras da Sanepar, bem como a diretoria, todos os segmentos da Sanepar, se nós não poderíamos, Deputados Valdir Rossoni e Dobrandino da Silva, como Líderes da Oposição e Situação - fazer um requerimento conjunto de Comissão Geral, para que votássemos amanhã esse projeto e garantíssemos aos companheiros que aqui estão, que pudessem retornar com a garantia de haver votação, para que não houvesse uma incerteza do dia de votação e garantíssemos a presença popular nesta Casa.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. se poderia estabelecer essa relação entre os líderes, um acordo de lideranças.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Eu não posso sugerir, Deputado. É uma decisão pessoal dos líderes.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

O Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral nos informou que convocou uma reunião da CCJ para amanhã, no horário das 13h30. Assim sendo, naturalmente esse projeto, que está em regime de urgência vai ser colocado em votação na CCJ amanhã.

Aprovado na CCJ amanhã, V. Exa. coloca na...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Vamos incluir na pauta no dia de amanhã.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Esse projeto não precisa também do parecer da Comissão de Finanças?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Não há necessidade. Só da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas ele não mexe com os acionistas da Sanepar? Não envolve...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou aguardar o parecer da CCJ e colocarei amanhã em pauta, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu acato a sua decisão.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu imaginava que o projeto entrasse hoje, mas houve um pedido de vistas; foi atendido regimentalmente, mas quero comunicar ao Deputado André Vargas que já assinei um pedido, um requerimento para que amanhã se transforme o Plenário em Comissão Geral. Se a CCJ der o parecer amanhã, lógico que fica sem efeito o requerimento de Comissão Geral.

Então, prevendo isso, já assinamos o requerimento e se o Deputado quiser assinar conosco, está em aberto.

Aproveitando a Questão de Ordem, quero informar aos Srs. Deputados: ontem entraram dois requerimentos, aqui, pedindo a convocação do Secretário da Fazenda, Heron Arzua, para que pudesse explicar essa determinação do Governo, do fechamento das agências de renda, que são 50 mil agências.

Nós ligamos ontem para o Secretário, nos reunimos hoje na Casa Civil com o Secretário Heron Arzua, o Diretor da Secretaria e juntamente com vários Deputados, e o Secretário se comprometeu a recorrer da sua decisão e não serão fechadas as agências de rendas que foram anunciadas no dia de ontem.

Então, os Deputados fiquem tranquilos; as agências permanecerão abertas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde sobretudo para saudar o Deputado Barbosa Neto, pela visão que teve ao escrever um relatório favorável ao decreto legislativo.

Mas, quero chamar a atenção dos Srs. Deputados, sobre a mudança do Estatuto da Sanepar. Vejam que o Grupo Dominó Holdings, com 34,75% das ações, tem poderes para administrar a empresa com 85% dos poderes e o Governo, que tem 52,49%, conforme a mudança do Estatuto, restava simplesmente 15%.

Senão, vejamos: ao Diretor Superintendente (Grupo Dominó - com 34,75% - compete (**Lê**):

“a) planejar a expansão dos serviços de saneamento da Companhia e coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia, bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua cons-

tante atualização, tudo em conjunto com o Diretor de Operações;

b) propor metas, instrumentos normativos e decisórios que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia;”

Ao Diretor Presidente - Governo do Estado - com 52,49% - compete (**Lê**):

“a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

b) propor matérias ao Conselho de Administração;

c) coordenar as atividades de auditoria interna;

d) acompanhar a programação executiva e a avaliação final dos resultados;

e) desenvolver e coordenar as atividades do serviço jurídico da Companhia;”

Isso, sem contar, Srs. Deputados, que o grupo Dominó Holdings é composto pelas empresas: Divandir, pela empreiteira Andrade Gutierrez, pela Copel e pelo Banco Opportunity. No mesmo dia, forma na Bolsa de Valores do Estado do Paraná e arremataram essa importância da Sanepar, por 249 milhões de reais. Isto representa menos do que o valor patrimonial da Sanepar da época. Apenas para dizer que a Sanepar, na época, faturava setecentos milhões de reais por ano. Na época ela também tinha uma marca como tem hoje, uma tradição como tem hoje. Então foi um verdadeiro “negócio da China” o negócio em si.

Agora, a mudança do Estatuto é impressionante, porque você tira do Governo, que é majoritário e dá para um grupo minoritário a administração de 85% da Sanepar. Na época que fizemos essa análise, essa auditoria na Sanepar, a empresa tinha quatro mil e poucos funcionários, dos quais três mil e trezentos funcionários estavam a cargo do Grupo Dominó Holdings.

Portanto, louvo ao Presidente desta Casa por tomar essa iniciativa e, ao Governador do Paraná, que está colocando a mão na ferida; é mais do que justo. Injusto seria o Governo continuar contraindo empréstimos nacionais e internacionais, dando garantia para esses empréstimos e, que o grupo minoritário tivesse participação sem dar nenhum aval, nenhuma garantia, participar apenas dos lucros. Sem contar, que nos anos anteriores foram distribuídos lucros extraordinários.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Barbosa Neto.

Pela Ordem, Deputado Nelson Garcia.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB)

Só para registrar a presença do companheiro, Vereador Joel, da cidade de Mariluz e o Vereador José Augusto, da cidade de Perobal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos ilustres visitantes.

Deputado Barbosa Neto, consulto V. Exa. se vai usar o Horário da Liderança, também, e se V. Exa. está inscrito.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO (PDT).

Não, só o Pequeno Expediente, Sr. Presidente.

Eu subo à tribuna na tarde de hoje, para não deixar cair no esquecimento do Governo, um assunto de extrema relevância para a população paranaense.

Pode até passar despercebido por olhos de alguns, mas este Deputado se mantém numa postura de vigilância aos recursos públicos, que constituem o patrimônio do nosso Estado e, por consequência, um bem inalienável de toda a sociedade paranaense.

Quero trazer novamente ao conhecimento dos nobres Pares, na tarde de hoje, que não esquecemos e não podemos esquecer que o Estado do Paraná perdeu 180 milhões de reais, em dinheiro aplicado no Banco Santos. No dia da liquidação do Banco Santos, em novembro do ano passado, a Fundação Copel tinha 51 milhões, 750 mil reais, aplicados em fundos de investimentos, em papéis, CDBs. A Fundação Itaipu tinha dezesseis milhões, 860 mil reais e a Fundação Sanepar 59 milhões, 410 mil reais, aplicado num Banco que todos os paranaenses e os brasileiros já sabiam - pelo menos os bem informados - que esse dinheiro seria perdido. E, mesmo avisado a tempo, o Governo do Estado ou as Fundações responsáveis, não tomaram providências para retirar esses recursos e salvar os interesses do nosso Estado. São 180 milhões de reais, em valores corrigidos de hoje, que simplesmente desapareceram!

Esses investimentos tinham como lastros, papéis emitidos pelo Banco liquidado, o que não garante a recuperação desses valores. Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que é um experiente nessa matéria, inclusive isso já foi objeto de discussão da Comissão de Fiscalização, presidida por V. Exa. sabe que essas perdas já são praticamente favas contadas, dinheiro perdido deste governo, o que significa, no mínimo, uma grande irresponsabilidade.

Sinto-me no dever de afirmar isso aqui na tribuna desta Casa, para que os Anais gravem para a história que nós não ficamos omissos em relação, a esse fato. As perdas dos papéis emitidos representam um prejuízo considerável e há que se punir criminalmente os responsáveis por esse erro grotesco, crasso do Governo do Estado. Inclusive, o Ministério Público tem que ser acionado, para que isso seja ressarcido ao erário dos cofres públicos, porque não estou falando de dez mil, cem mil, um milhão: são 180 milhões de reais! Isso não pode se vencer num Governo transparente! O Governo deve uma satisfação à sociedade!

Vejo tanto o Governo do Paraná falando dos lucros exorbitantes que os Bancos tiveram, sendo que ele, quando Senador, não fez a sua obrigação, e agora nós

estamos aqui, levando a questão e queremos que o povo do Paraná seja ressarcido.

Infelizmente não temos condições de conceder o aparte a V. Exa., Deputados Neivo Beraldin, porque estamos no Pequeno Expediente. Mas são 180 milhões de reais que poderiam construir dezoito mil casas populares, comprar nove mil carros zero quilômetros ou construir 180 postos de saúde!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Ontem eu usava esta tribuna e fazia algumas considerações em relação ao pedágio do Estado do Paraná, principalmente da posição do Governador do Estado em abrir as cancelas na 277, compreendidas entre Guarapuava e Foz do Iguaçu e exploradas pela Rodovia das Cataratas.

Eu disse naquela ocasião que isso pode demandar ações na Justiça e o atual Governo pode deixar um passivo muito grande à sociedade do Paraná.

Eu, de sã consciência, não acredito que a empresa que se sente prejudicada, não vai recorrer à Justiça e pedir indenização. Alguém tem que pagar essa indenização. Quem vai pagar é o Governador ou é o Paraná? Somos todos nós! É a sociedade do Paraná! A exemplo daquilo que aconteceu com uma das indenizações, salvo engano, como a indenização do Porto de Paranaguá. A coisa mesmo deve acontecer com a Termoelétrica aqui em Araucária. A mesma coisa deve acontecer com a Sanepar. A mesma coisa deve acontecer com as concessionárias que exploram o pedágio.

Ora! Se vivemos num estado de direito e democrático; tem que ser respeitada a legislação que nós temos. Usa o Governo a força para abrir as cancelas e liberar o pedágio! Por que o Governo não usa também a mesma força para desocupar as áreas produtivas invalidadas no Estado do Paraná? Já que o Governo quer cumprir a decisão da Justiça conforme ele diz, deveria também cumprir as reintegrações de posse no Estado do Paraná e ele não as faz!

Por inúmeras vezes, não só eu, outros Deputados aqui na Assembléia também já denunciaram o passivo que esse Governo deve deixar no Estado do Paraná. Demanda na Justiça quem se acha prejudicado, Deputada Elza Correia. E a mesma coisa a FAEP fez, em relação ao Porto de Paranaguá.

Ora! Quando a Assembléia Legislativa votou um projeto proibindo o transporte e a exportação dos transgênicos no Estado do Paraná, nós alertávamos que era um projeto totalmente inconstitucional, mas aprovamos; o Governador sancionou e o PFL e o Governador do Mato

Grosso do Sul entraram com uma ação de inconstitucionalidade e conseguimos: a lei não existe mais, mas mesmo assim o Governo insistiu em proibir o transporte, o embarque e a exportação da soja transgênica no Estado do Paraná. Muito bem!

O que é que a Justiça decidiu e o Juiz da primeira Vara Cível de Paranaguá? Que está liberado à exportação de soja transgênica, o Porto de Paranaguá. O Governo Federal alega, por sua vez, e a imprensa tem noticiado no dia de hoje, que a lei federal diz que a soja só poderá ser transportada desde que exista segregação no Porto. O Governo diz que não tem logística para classificação, separação, rotulagem da mercadoria, dos transgênicos.

Mas, a pergunta que nós fazemos Srs. Deputados: desde quando existe essa lei? Ela não é de agora, o Governador nunca se preocupou, ele sempre falou mais alto do que a lei, ele estava acima da lei, quer estar acima da lei! E cabe, então, à Justiça, interpretar e dizer quem está certo e quem está errado. A lei tem que valer para ambas as partes; não pode só me beneficiar, eu usar os benefícios da lei, mas quando eu tenho que cumprir, eu não quero cumprir. Isso aconteceu com o Porto de Paranaguá e o Governador também não aplicou a mesma situação para a Ferroeste, ou seja, para a Ferropar, que explora exatamente o transporte ferroviário aqui da Capital até Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concluído o seu tempo nobre Deputado.

Antes, consulto V. Exa. se usará o horário da Liderança do PFL.

Está esgotado.

Com a palavra, Deputado José Domingos ScarPELLini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Renato Adur, Diretores da Sanepar, ex-Deputado Péricles Holleben Stênio Jacob, enfim, Diretores e funcionários que aqui estão.

Hoje vamos usar a tribuna para ser solidários ao povo do Paraná, a uma causa que achamos ser justa, que é a causa da água paranaense.

Durante muito tempo, Srs. Deputados, era sonho de quase todos os brasileiros tomar uma água francesa. Era sonho de quase todo brasileiro experimentar a famosa água francesa. E nós, o povo do Paraná, tivemos aqui a ingrata satisfação de, além de tomarmos a água, usá-la para o banho. Mas não era Perrier; era a nossa própria Sanepar que foi transformada em uma empresa dominada pelos interesses minoritários que, contrariando o princípio da lógica, o menor dominava o maior. E assim foi um período certamente de grande prejuízo para os cofres da economia da Sanepar, das Prefeituras e do consumidor paranaense que certamente pagou mais caro pela aventura. E agora, com esse decreto legislativo que a Assembléia vai votar, acredito que por unanimidade de votos, teremos

novamente o controle da nossa tão importante pioneira nas iniciativas sanitárias do Paraná, a Sanepar.

Quero nesta data, Sr. Presidente, também falar sobre a ação que a FAEP moveu, está movendo na Justiça contra as decisões tomadas pelo Governo do Estado em relação à exportação no Porto de Paranaguá. Não queremos discutir no momento a transgenia, o avanço científico, ou o prejuízo à saúde da população, conforme alguns defendem, mas queremos discutir a questão constitucional e legal que o Porto de Paranaguá deveria cumprir e não cumpre. Deveria executar à risca a legislação de exportação, fazer a exportação dos produtos geneticamente modificados; mesmo que fossem confinados, mas fazer, porque é um direito dos produtores e uma obrigação do Porto de Paranaguá que, por delegação do Governo Federal, o Governo do Estado do Paraná administra.

Tiveram o Presidente da FAEP, agricultores e exportadores, de ir à Justiça para poder fazer cumprir aquilo que é óbvio e ululante, aquilo que é natural no administrador público, que é cumprir a lei.

Quero parabenizar o Presidente da FAEP, pela iniciativa.

Muito obrigado!

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Terra Roxa, o Kiko, Altair, Márcio Garcia e José Alípio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Boas-vindas aos nossos ilustres Vereadores.

Com a palavra, o Deputado Ratinho Júnior, que usará o Pequeno Expediente e também o Horário da Liderança de seu Partido.

Deputado Ratinho Júnior (PPS)

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna no dia 13 de setembro para fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas. No dia 26 de setembro em Curitiba, local ainda a ser marcado, será lançada a frente - Brasil sem Armas - sobre o referendo que teremos agora no dia 23 de outubro. É o primeiro referendo da história do nosso país pós essa nova constituição.

Com muita alegria convidamos todos os Deputados e Deputadas, até porque estamos comemorando os dados divulgados pelo Ministério da Justiça na semana passada. O Brasil é o país que mais mata por arma de fogo. Morre uma pessoa a cada 14 minutos. Morem por dia, 118 pessoas através da arma de fogo.

Estamos trabalhando e pedindo o apoio de todos para comparecer em massa neste dia 26 de setembro. Até porque, é um dia importante para nós, porque é uma causa de todo cidadão brasileiro.

Hoje a principal preocupação do brasileiro é a segurança. É o controle da violência.

Pesquisas que mostram que uma maneira eficaz e rápida para que isso aconteça, é com o controle da venda de armas.

O Brasil pede um basta urgentemente na questão de venda de armas de fogo em nosso país.

O Ministério da Justiça publicou, na semana passada, que em 2003 a média de mortes era de 40 mil pessoas por ano. Isso dá mais do que qualquer guerra. O Brasil mata mais do que qualquer outra guerra.

Depois de implantada a Lei de Desarmamento no País, recolhendo mais de quatrocentas mil armas o Brasil deixou de tirar vidas ou essas armas deixaram de tirar vidas de mais de quatro mil pessoas.

Deputado José Maria, em 2004, lógico que ainda, lamentavelmente, é um número expressivo, foram 36 mil pessoas, mas ao analisarmos, percebemos que são quatro mil pessoas que deixaram de ser assassinadas por arma de fogo. É por isso que trabalhamos muito para que todos nos ajudem nessa campanha, para que, realmente, encamem essa questão, até porque existe um discurso muito fácil para Taurus, para Rossi ou para aqueles que gostam de armas: “Ah, mas o bandido vai ficar armado. A pessoa de bem vai se desarmar e o bandido vai ficar armado!”

Se o bandido tivesse medo de arma, ele não invadia prédio; ele não entrava em Banco, aliás, assaltaram nosso Banco Central, roubaram 156 milhões e não deram um tiro sequer! O bandido usa o elemento surpresa, não avisa que vai assaltar, que vai entrar na sua casa. No momento que você está mais distraído é que o bandido invade e comete o crime. Então, é importante que as pessoas tenham consciência.

A campanha do desarmamento é evitar que pessoa de bem continue matando pessoa de bem, até porque a arma muda todo o fator psicológico do momento. Além de a pessoa se sentir mais importante que a outra, mais homem do que o outro, a arma também muda o contexto: 70% dos crimes que acontecem no nosso país são crimes banais, são crimes cometidos por pessoas que não têm antecedentes criminais, que nunca passaram por uma delegacia, mas acabaram sendo criminosos porque tinham uma arma, além dos acidentes que acontecem.

Dia 08 de setembro, lamentavelmente, no jornal Tribuna do Paraná: “Mata primo e foge com arma!” Quem vê isso parece que uma pessoa acabou matando o primo por uma questão de vingança. E não foi: o primo de dezesseis anos matou o outro de quatorze, porque estava brincando e acabou pegando a arma do pai.

Passa a usar o Horário da Liderança do PPS

Deputada Elza, a mulher tem três vezes mais chance de morrer por um marido que anda armado do que por um assaltante. Aqui está a prova: Hoje, no jornal Diário Popular, manchete de capa: “casal é encontrado morto

na sala de jantar!” O marido, que era fiscal da Receita Federal, mata a esposa bibliotecária e, depois, dá um tiro na própria cabeça. Então, quer dizer, são esses crimes banais que queremos que acabem no Brasil.

Não é armando a população que vamos combater o bandido. O bandido quem mata é a polícia. Aliás, chegou o momento de o Governador Requião melhorar a nossa política. Precisamos melhorar o nosso contingente policial. O contingente que existe no Estado do Paraná é o mesmo de 1980! Passaram-se 25 anos e o nosso contingente policial não aumentou! Policiais se aposentaram, policiais morreram, policiais estão em cadeira de rodas e o nosso contingente policial continua o mesmo. Então, não basta que o Governador Requião contrate os mil policiais, precisamos contratar mais, para conseguir ter um controle da segurança do Estado do Paraná.

Quero pedir o apoio de todos os Deputados. Sei que é um assunto muito polêmico, mas esse debate é importante para que consigamos trazer soluções para o nosso país. Peço o apoio de todos vocês e, se possível, a presença de todos os Deputados e Deputadas, no dia 26, onde estarão o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado; o Deputado Raul Jungmann e “n” Deputados Federais que estão engajados; o Presidente da CNBB, que a Igreja Católica está em peso apoiando a proibição de venda de armas no País; o presidente das Igrejas Evangélicas; a OAB do Brasil está apoiando, enfim, várias entidades de classe apoiando.

Quem gosta de armas está do lado da Taurus, da Rossi, do Roberto Jefferson, que, além de ser corrupto, denunciou toda essa corrupção que está no PT. Ele é o líder da bancada da bala no Congresso Nacional.

Nós não queremos estar do lado desse tipo de gente.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Ratinho Júnior, eu sou contra o desarmamento e nem por isso estou do lado do Deputado Roberto Jefferson. Queria que o senhor retificasse essa sua afirmação.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

É um modo de dizer, porque o Roberto Jefferson é o grande líder, Deputado Bradock.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

O Gabeira também é contra. Acho que o senhor não faz parte do grupo do Gabeira.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Não faço parte da ala do Gabeira. Eu faço parte da ala de Gandhi, Martin Luther King, Jesus Cristo, Dalai Lama, pessoas que revolucionaram o mundo sem cometer um tiro. Queremos que o Brasil siga esse time e tam-

bém cometa uma revolução aqui, dando paz para todo cidadão de bem do nosso País.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente.

Quero cumprimentá-lo, pelo seu zelo com o decoro Parlamentar, porque, não entrando no mérito da afirmativa do Deputado Ratinho Júnior, o Deputado Fernando Gabeira merece o respeito da Nação, pela qualidade do seu serviço público e por ter admoestado o Presidente da Câmara na questão gravíssima de “criar pizza” na CPI do Mensalão. O Deputado Gabeira fez o que o Brasil inteiro queria fazer: “deu de dedo” no Severino.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, há algum tempo a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa vem trabalhando e vem ouvindo os diretores das Fundações Sanepar, Emater e também da Copel.

Tendo em vista o pronunciamento de hoje feito pelo Deputado Barbosa Neto, quero convocar na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, para a próxima terça-feira, às dez horas, para ouvirmos o Presidente da Parana Previdência, para sabermos onde os recursos públicos previdenciários estão sendo aplicados e com que segurança. Queremos acreditar que ele está administrando dentro da lisura e da boa prática pública, mas a Comissão não pode se furtar a ouvi-lo na próxima terça-feira.

Obrigado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero registrar a presença de quatro Vereadores de Terra Roxa, que estão aqui presentes: José Alípio, Edgar - o Quico, Altair e Márcio Garcia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa a presença dos ilustres visitantes.

Grande Expediente:

Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado Antonio Anibelli, por trinta minutos.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cumprimento o Regimento Interno, inscrevi-me até o dia 20 de novembro, e venho mais uma vez à tribuna; e terei prazer em conceder apartes ao Deputado Neivo Berardin.

Reportar-me-ei hoje à reunião em que o PMDB Nacional fez ontem em Curitiba. O Governador Roberto Requião e o nosso PMDB, em que temos a honra de ter

como Presidente o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, apresenta ao Brasil um programa de mudanças, para que o PMDB possa mostrar ao Brasil, que o nosso Partido tem orgulho, responsabilidade e nunca mais será atrelado a partidos, que juram um compromisso, têm o seu estatuto e rasgam, quando assumem a Presidência da República.

Ontem, aqui, no Paraná tivemos a honra de ter a presença do Presidente do Senado da República, Senador Renan Calheiros; o Presidente do PMDB, Deputado Michel Temer, que por duas vezes foi Presidente da Câmara dos Deputados e jamais envergonhou a nossa sigla, e, sim, votou as leis e deu transparência de seriedade à Câmara dos Deputados.

Estiveram aqui a Governadora Rosinha Mateus; o Governador Luiz Henrique da Silveira, de Santa Catarina; o ex-Presidente do PMDB, ex-Governador de São Paulo e ex-Senador, Orestes Quércia; o Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos - que tive a honra de ser seu colega em Brasília por dois mandatos; o representante do PMDB do Rio Grande do Sul; vários Deputados Estaduais; Deputados Federais e Vereadores.

E, numa reunião, à noite, na FIEP (Federação das Indústrias do Paraná) se debateu com o companheiro Carlos Lessa um programa alternativo para o nosso Brasil. E lá, como aqui na Assembléia, onde em companhia do Governador Roberto Requião, foi concedido no plenário desta Casa, ontem, às 16h, uma coletiva à nossa imprensa, aos nossos repórteres, às nossas rádios, às nossas televisões. E aqui se debateu também o programa, as denúncias, o não-cumprimento de compromissos assumidos por governos anteriores. Depois de termos a Constituição Cidadã promulgada por Ulysses Guimarães, em 1988, uma Constituição social-democrata e que era a esperança do povo brasileiro, infelizmente essa Constituição foi emendada por muitos e muitos artigos pelo mesmo Congresso Nacional. Essa Constituição hoje não representa mais aqui que era o interesse do povo brasileiro.

Estiveram conosco Deputados Estaduais, Deputados Federais do nosso Partido, e lá foi anunciada a futura filiação do Deputado André Zacharov nos dias próximos; a filiação dos Governadores Eduardo Braga, do Amazonas e Paulo Artung, do Espírito Santo. E àqueles que jogavam com as divergências do PMDB, que é um Partido democrático, nós estamos demonstrando que se iniciou aqui no Paraná uma união. Uma união do nosso Partido, o maior Partido do Brasil, com o maior número de Deputados Federais, de Prefeitos, de Vereadores. Um Partido que estará unido em favor da democracia brasileira e em favor da população, principalmente dos mais carentes.

Falou-se, por exemplo, que o programa Bolsa-Família, o maior e o melhor programa do Governo e do Presidente Lula, gasta sete bilhões por ano. E vejam a desgraça do Brasil, que paga 145 bilhões de juros da nossa dívida! Dinheiro esse que, se tivéssemos responsa-

bilidade e inteligência, poderia ser carregado para os interesses da nossa população, da gente mais sofrida. Mais de cinquenta milhões de brasileiros vivem à margem, são pobres totalmente, não têm condições de sustentar a sua família. Cada três em quatro jovens não conseguem emprego. A nossa Petrobras está sendo vendida ou locados os postos de prospecção de petróleo, tirando da nossa Petrobras o direito e o benefício de sermos um país altamente produtor e totalmente produtor de petróleo, coisa que no mundo está acabando. Estamos desnacionalizando o Brasil, e quando falava ao Deputado Neivo Beraldin, o Deputado Barbosa, em me lembrava que este manifesto do PMDB seria muito bem assinado pelo Senador Osmar Dias ou pelo PDT do Paraná e PDT do Brasil, um programa que procura resgatar a dignidade do povo paranaense e brasileiro.

Este é o PMDB. Este é o PMDB nacional. Este é o PMDB nacionalista, coisa que muito os brasileiros esquecem nos dias de hoje. Nós, que fomos parceiros de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, que vimos no Congresso Nacional, quando Deputado, de 74 a 82, cabeças serem roladas, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, de companheiros nossos, abatidos pelo AI-5, pela ditadura militar que infelicitou este país.

Vimos ontem o nosso PMDB novamente reunindo gente de norte a sul, de leste a oeste, e nós...

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Anibelli, parabeno V. Exa., Líder do meu Partido aqui nesta Casa, e V. Exa. vem aqui relatar um fato histórico ocorrido, para nós peemedebistas, ontem aqui no Plenarinho desta Casa e também lá na FIEP, quando houve uma grande plenária dos peemedebistas do Brasil no lançamento de um plano de governo para o Brasil.

Eu, Deputado Anibelli, estou no quatro mandato como Deputado, e todos eles pelo PMDB. Já vivi momentos difíceis neste Partido, quando o partido vivia uma situação de quase inviabilidade, momento triste quando perdemos o nosso grande Líder Ulysses Guimarães, o nosso timoneiro, timoneiro da democracia deste país, homem íntegro, honrado, sério, orgulho para todos nós. Tristeza quando perdemos pessoas da estirpe de Teotônio Vilella e de outros tantos companheiros que envergaram a bandeira do PMDB, e o partido ficou a nível nacional, duas ou três eleições sem lançar candidato a Presidente da República, indo a reboque de outros partidos, e hoje o nosso partido, como uma fênix, se fortalece no Brasil inteiro, e V. Exa. relata aí a filiação de lideranças expressivas como os Governadores do Amazonas, do Espírito Santo, de Tocantins, que há dois ou três meses atrás se filiaram ao PMDB. Somando aos sete Governadores que o PMDB elegeu nas urnas, em 2002, hoje temos dez Governadores no Brasil.

Então, Deputado Anibelli, o PMDB se une, as correntes internas se unem para apresentar um plano de Governo para o Brasil, começando pelo projeto, não começando do telhado; começando pela base. O PMDB discute uma proposta para levar o Brasil ao crescimento econômico e à diminuição das desigualdades sociais. Ao invés de discutir a proposta do nosso partido, o nosso velho MDB de guerra, e não temos dúvidas, vai ganhar a Presidência da República, vai eleger um plano popular, democrático, voltado ao crescimento econômico, nacionalista, defendendo os interesses do Paraná contra o neoliberalismo! Vamos resgatar a história do nosso Partido, do nosso povo brasileiro!

Eu parabeno V. Exa. por assumir a tribuna, em nome da nossa Liderança, em nosso nome e relatar a esta Casa o importante momento que vive o nosso Partido aqui no Paraná, o nosso crescimento aqui no nosso Estado! A expansão do nosso partido, de forma ética, cristalina a nível nacional e mostrar a todos os Deputados aqui da nossa alegria e satisfação de estarmos juntos nessa caminhada por um Brasil que todos queremos e pelo Paraná que todos amamos!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Nereu Moura. V. Exa. que é Vive-Presidente do nosso partido, aqui no Paraná, uma liderança incontestável.

V. Exa. lembrou muito bem o Teotônio Vilella, o cavaleiro da esperança, aquele homem que veio de Alagoas, abandonando a Arena, vindo filiar-se ao PMDB, porque se cassava mandatos na edição do AI5.

V. Exa. fala em Ulysses Guimarães, homem da Constituição Cidadã, homem que foi o anticandidato à Presidência da República quando não tínhamos eleições diretas. Foi o homem que foi recebido na Bahia pelo Sr. Antônio Carlos Magalhães, que depois foi cassado, por fraudar o painel eletrônico com a Guarda Municipal e os cães adestrados.

V. Exa. lembra Tancredo Neves, o homem que dizia que enquanto houver, neste País um só homem sem letra, sem pão, sem moradia, toda prosperidade será falsa!

Esse é o nosso PMDB, Deputado Nereu! Este é o PMDB do povo do salário-mínimo, dos desempregados, dos marginalizados, daquela gente que já não crê mais nos políticos, pela vergonha do Congresso Nacional!

Ontem o Presidente Renan Calheiros, Senador do nosso partido e Presidente do Congresso Nacional dizia que no Senado não terá pizza, lá os culpados serão cassados para valorizar os políticos dignos e honrados que existem no Brasil, como existem nesta Casa, para que sejamos valorizados pela população que está descrente de homens e mulheres que, às vezes, envergonham as Câmaras Municipais, as Assembléias e o Congresso Nacional.

Precisamos, com esse expurgo no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, valorizar as Assembléias, valorizar os Prefeitos, os Vereadores, a classe política,

trazendo esperança à população no processo político da próxima eleição!

Deputado Valdir Rossoni, na ordem concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento. E me alegra muito, como Presidente do PSDB do Paraná, em ver a atitude do PMDB brasileiro, nacional, em se desvincular hoje do PT, tomando uma linha própria, discutindo um projeto alternativo de Governo, porque sempre pensava, é claro que não tenho nada a ver com o PMDB, mas sempre um grande Partido com uma grande história como o PMDB andar com um penduricalho do PT onde o PT hoje envergonha a nação, envergonha os seus aliados e envergonha os seus grandes companheiros.

Não é por nada, não é por menos, não é por mais, que o Governador do Paraná, inteligente como é, apesar das nossas diferenças, eu o reconheço como inteligente, um pouco teimoso, mas inteligente. Ele já se desvincula do seu irmão Lula e deixa o seu irmão Lula continuar fazendo as suas bizarrices pelo País.

Esta é a demonstração que o PT está nos ouvindo neste momento, preste muita atenção, porque o castigo está vindo, aqui no Paraná o exemplo já está sendo dado pelo PMDB do Paraná e pelo PMDB do Brasil.

O PT terá dificuldades de terminar o Governo, por mais boa vontade que a Oposição tenha de brindar o Presidente da República, para não prejudicar a economia e esta Nação.

Cumprimento V. Exa. e estendo esses cumprimentos ao PMDB nacional, porque acredito, sim, que o melhor para o Brasil é que tivéssemos todos os Partidos lançando candidatos a Presidente da República para depois, num segundo turno, cada um se alinhasse com a proposta que melhor se encaminhar ou que melhor seja entendido pelo Partido, para que ele se alinhe.

Cumprimento V. Exa., cumprimento o PMDB, e esperamos que o PMDB tenha candidato, sim, para que possamos disputar essa eleição com o PMDB, com grandes Partidos que tem o Brasil.

Obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço ao Deputado Rossoni pelo aparte, e quero dizer que essa transformação que houve do processo político brasileiro foi no sentido de termos segundo turno das eleições das grandes cidades e dos Estados e da Federação para que os Partidos se fortaleçam, sim, apresentando um programa, como o PMDB está fazendo.

E dizer a esta Casa que o PMDB Nacional prestou uma homenagem ao Governador Requião com a sua maneira ética, pelo grande governo que vem fazendo, pelos seus programas sociais, em favor da coletividade mais pobre, mais humilde, criando empregos, isentando microempresas, valorizando os professores, os trabalhadores. Foi uma homenagem que o PMDB Nacional pres-

tou ao Governador Requião pelas suas críticas também ao plano econômico do Governo Federal do Presidente Lula.

É assim que se discute, nos desgarramos da nossa coligação, que não foi a oficial que o PMDB Nacional fez. Nos aproximamos do Presidente Lula no primeiro e no segundo turnos pelo seu programa, pela sua valorização às classes pobres e pelo programa que se dizia um programa de mudança para o Brasil. Infelizmente, o Programa não foi seguido.

Continuam os Bancos a aumentar os seus lucros, muito maior ainda do que era no Governo Fernando Henrique. Os assalariados abandonados, o programa alternativo esquecido. E de certo, a esperança que venceu o medo, estamos perdendo, mas jamais abdicaremos da esperança do povo brasileiro, porque com o PMDB forte, nacional, ao lado da população, restabeleceremos a esperança do povo brasileiro.

Concedo aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Primeiro, considero que os Partidos têm o dever de apresentar programas. Isso é importante. Cada qual tem o seu programa, e no processo político se avalia qual é o melhor e quais são as suas circunstâncias. Olhar para a eleição passada, quem apoiou quem, quem elegeu, também não é o caso, porque as eleições já foram e nós temos que pensar no futuro.

Quero refletir com V. Exa. Temos um Governo e uma crise política grave instalada, que atinge todos os Partidos. É bom dizer que o Presidente Genoíno foi afastado, porque assinou um empréstimo, cujo avalista era o Marcos Valério. O Presidente do PSDB, Senador Eduardo Azeredo, recebeu nove milhões de reais. Recebeu e reconheceu e até agora é Presidente do PSDB! Isso é normal! Cada Partido cuida do seu. O PMDB também tem seus problemas.

O que eu entendo é que não se pode desconsiderar e quando V. Exa. fala, haveremos de considerar um processo de avanço. O salário-mínimo hoje compra quase duas vezes uma cesta básica. Quando assumimos, comprava 1,3. Quando assumimos, o ganho dos Bancos que é sim, por conta da dívida herdada, astronômica de um trilhão, que foi multiplicada por dez no Governo anterior, ao longo dois oito anos, é sim, um peso no ombro da Nação. Não só do presidente, mas de toda a Nação. A primeira vez, e o valor econômico diz que o setor produtivo inverteu uma lógica de ganhos em relação ao setor financeiro.

É importante observar também o crescimento da economia, ainda que tenhamos uma crise política grave. Vejo aí: ah, porque é bom o PT ver, é bom o PT não ver. O PT continuará defendendo o Presidente Lula, continuará defendendo as mudanças necessárias, responsáveis, neste País.

Eu não quero tomar tanto tempo de V. Exa. mas quero dizer que é importante o PT ter um programa. Segundo, que compraremos o programa e as condições

da execução desse programa. Terceiro: não há ninguém, muito menos o PSDB, que possa dizer que está tomando as providências com o seu Partido, como nós, infelizmente, estamos tendo que tomar internamente e tomaremos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado André Vargas, agradeço o seu aparte, discordo de V. Exa. em alguns pontos.

Afirma que cada Partido tem o seu programa. Exatamente. Cada Partido tem que ter candidato e jurar cumprir o seu programa. Esquecer o passado dos apoios, jamais! Nós apoiamos o Lula em cima de um programa que não está sendo cumprido e nos desgarramos do PT porque não foi cumprido aquele programa da esperança. Por isso nós nos desgarramos.

Agora, V. Exa. dizer que o Genuíno foi expulso da Presidência do Partido, nacional, apenas por ter aceito um aval do Marcos Valério, tem muita coisa além do dinheiro da cueca do irmão do Presidente Genuíno.

Concedo aparte ao Deputado Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Anibelli, essa discussão prende-se exatamente no tema do discurso do Governador Requião, ontem. Existe o Estado que é governado por um mandatário, mas existe a Nação e existe o mercado. A Nação tem passado, tem história e quer ter futuro para os seus filhos. O mercado não tem tempo. A Nação tem cidadãos; mercado tem consumidores. É uma redução do ser humano, transformar os brasileiros, esse nosso adorável povo sobrevivente, numa gente que manda esse ano para fora do país, fazendo a lição de casa ou mantendo a política econômica sem riscos. Como eles dizem na televisão, 145 bilhões de reais como massa de juros.

Cento e quarenta e cinco milhões de reais. Com dois bilhões de reais, eu fiz todas as obras da minha Prefeitura, em Curitiba, e as fiz em número de seis mil e seiscentas. São 145 milhões de reais! Com cinco milhões de reais, poderiam ser melhoradas todas as estradas do País.

As famílias ricas, Deputado Anibelli, do País, são 1%. Nunca houve uma contratação de renda tão grande. Nós só perdemos para a Serra Leoa e, se o Governo do Fernando Henrique fez pior, ou fez mal, o atual está no mesmo caminho, na mesma esteira e na mesma estrada. Precisava ter feito como Presidente Kirchner, que reduziu a dívida da Argentina em 80%.

Se nós cortarmos os nossos juros pela metade, esse ainda será um país com a maior taxa de juros do mundo, porque o juro, nos Estados Unidos é 2%: às vezes, é 1%. Quanto é num paraíso fiscal, é 3%, mas jamais é 18% ao ano, como é neste Brasil, aonde o povo é apenas sobrevivente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado Rafael Greca, com sua inteligência, V. Exa. contribui muito para este nosso pronunciamento. Eu

agradeço e acrescento ao meu pronunciamento o seu aparte.

Sr. Presidente, quantos minutos me restam?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. ainda tem meio minuto.

Solicito a V. Exa. se vai usar o Horário do PMDB.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Só vou agradecer aos Deputados, aos apartantes e dizer que nós, do PMDB paranaense, estamos orgulhosos.

Por isso, o Governador Requião foi agraciado com essa homenagem. Aqui se salvou a Copel, aqui se salva a Sanepar, que voltaremos amanhã.

Aqui se dá esperança à população paranaense e, quiçá no amanhã, ao povo brasileiro. Talvez com uma candidatura paranaense até, mas se não for o caso, com o PMDB unido num programa para salvar o Brasil.

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Queria dizer que eu apóio o Senador Requião, para ele sair candidato a Presidente.

Vai fazer bem para o Paraná.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PSB, Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nós ouvimos aí a posição do Deputado Ratinho Júnior, com relação ao desarmamento e queremos cumprimentá-lo.

Sabemos que a arma na mão de um cidadão de boa índole, de boa formação, passa a ser, não um elemento de defesa, mas passa a ser, potencialmente, uma arma para o crime e, que vai fazer o cidadão de bem morrer, porque, enquanto, ele não tem coragem de atirar, o bandido, na iminência de ser atirado, termina matando a pessoa que está de posse de uma arma e que não vai usar.

Grande parte da população eu vejo defender a arma, eu vejo ser contra o desarmamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados; grande parte dessas pessoas, a única coisa que sabem manusear mais parecido com arma, é um secador de cabelo.

Eu vejo muita gente que é favor, que é contra o desarmamento, mas não passaram situações de dificuldades. Eu fui vítima de um seqüestro-relâmpago, há um ano e alguns meses atrás e, se eu tivesse armado, teria mor-

rido. Como é que eu, cidadão, com uma pequena arma iria conter aquela sanha perigosa dos bandidos que estavam com dois revólver calibre 38 na minha cabeça? Se eles por um acaso percebessem que eu estava armado, a primeira coisa que fariam era me atirar.

Então, não é o caminho melhor das armas.

Quero cumprimentar o Deputado que fez o primeiro projeto de lei, a nível nacional, mas quero também dizer que sou contra esse plebiscito que aí está, que vai custar 580 milhões de reais para o Ministério da Justiça e que com esse dinheiro dava para fazer quarenta presídios federais no Brasil, e resolver os problemas que nós não temos hoje: onde colocar os bandidos de alta periculosidade. Ficam vagando aí um preso do Rio para o Porto Epitácio, de lá para Brasília, de Brasília para o Nordeste; voltam e não têm onde colocar.

Então, o dinheiro que vai se gastar com isso, através do Tribunal Superior Eleitoral, era suficiente para fazer, no mínimo, quarenta presídios de segurança máxima no Brasil e aí nós teríamos as prisões com qualidade, segurança, para podermos, sim, dar mais segurança ao cidadão de bem que vive neste país, que trabalha, que precisa proteger a sua família, que precisa trabalhar e sustentar a sua família com dignidade. E nós estamos vendo o alto índice de criminalidade se avolumando no País, e nem uma solução é tomada pelo mandatário a nível nacional, Presidente Lula, que está mais preocupado em criar cortina de fumaça para proteger a si e o PT, no caso das prisões de Paulo Salim Malluf, de seu filho, a cassação de Severino, se é importante ou não, mas estamos deixando de discutir os principais problemas deste país. E o Presidente tem coragem de querer se comparar ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que foi um homem de obra, de realizações, um homem de empreitadas!

Eu acredito que o Presidente Juscelino não pode ser nivelado por baixo com o Presidente Lula! Tenho um respeito muito grande com o PT, que nasceu das bases, da vontade das grandes massas obreiras e do sindicalismo, mas vejo, que foi desvirtuado, se apropriando do dinheiro do povo, que ele sempre combateu, fugindo do caminho da ética e da moralidade pública.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto as Lideranças do PP, PL, PTB, PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Srs. Deputados eu subo à tribuna para fazer um elogio ao Governador Roberto Requião. Às vezes aqueles que me vêem, aqui, pensam que somos apenas contrários e pronto, que apostamos na tese do “quanto pior, melhor”, ou queremos prestar um desserviço a este Governo. Nós temos um compromisso com a população

do Paraná. Talvez sejamos até incompreendidos por alguns Deputados desta Casa, quando abordamos o aspecto segurança pública. E o fazemos com certa frequência, porque conhecemos um pouco dessa questão.

Vimos até que o Governador Roberto Requião comunga do mesmo pensamento deste simples Deputado, em relação à questão da violência que infelizmente tomou conta do nosso Estado. O próprio Governador Roberto Requião desmoralizou a cúpula que toma conta da Segurança Pública no Estado do Paraná.

Eu não vou repetir aqui aquilo que ele disse durante da reunião onde ocupou boa parte da sua fala para esculhambar a cúpula da segurança pública durante o projeto “Mãos Limpas”, que foi exposto na última segunda-feira. Sobraram insultos, ironias, principalmente para o Secretário da Segurança, Luís Fernando Delazari, e também sobraram farpas até para o Secretário de Justiça Aldo Parzianello; sem contar o Delegado-Chefe da Polícia Civil, Jorge Azor Pinto; e também o comandante da Polícia Militar, Tenente-Coronel, David Pancotti.

E até explica-se a fúria do Governador em função do resgate de presos, realizado na Casa de Custódia de Curitiba, ocorrido no último fim de semana; bandidos, na verdade, pretendiam resgatar três presos ligados ao tráfico de drogas e acabaram soltando ali quinze elementos da mais alta periculosidade, na única fuga registrada até aqui, numa Casa de Custódia considerada de segurança máxima! E pasmem, senhoras e senhores, foram apenas dois bandidos que conseguiram, um, munido com uma marreta; outro, com uma metralhadora, “furaram” forte bloqueio do aparato de Segurança Pública que guardavam os presos na Casa de Custódia.

O Governador utilizou termos que eu me recuso a produzir aqui.

O Sr. Ratinho Júnior (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Rapidamente, Deputado Barbosa Neto, parabenizar o seu discurso, principalmente num assunto tão polêmico e que trouxe um grande medo para os moradores da Capital, porque se falavam com tantas glórias dessa Casa de Detenção; inclusive está sendo inaugurado, uma Casa de Detenção dentro de alguns dias, na cidade de São José dos Pinhais, uma das cidades mais violentas da região metropolitana. Um igual a esse que arreventaram no machado, está sendo inaugurado em São José dos Pinhais, que já é um barril de pólvora! Estão levando mais novecentos presos para o Município de São José dos Pinhais, que é o maior Município industrial da região metropolitana, juntamente com Araucária; estão levando mais uma caixa, essa bomba atômica do Governo do Estado! Ao invés de o Governo do Estado fazer um projeto como foi feito em São Paulo, Presidente Bernardes - é uma cidade de interior, só tem uma via de acesso para esse Município, e caso haja uma fuga, fica fácil de a polícia achar os bandidos, não! Vão escolher São José dos

Pinhais, que tem sete saídas e entradas! Quer dizer, é para facilitar o trabalho das quadrilhas.

Então, quero parabenizá-lo, porque é um assunto importante e nós temos realmente que puxar a orelha do Governo do Estado, por tomar essas medidas.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado ao aparte do Deputado Ratinho Júnior, e apenas para encerrar aqui o meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizer que, quando a gente faz essas críticas aqui, não faz com prazer, mas sim com preocupação, e cumprindo até a nossa obrigação de trazer os problemas e principalmente ações no sentido de corrigir essas falhas. Quando há uma fuga no principal presídio, na Casa de Custódia de Curitiba, imaginem as outras unidades prisionais, e principalmente aquelas Casas de Custódia e também aquelas prisões provisórias que existem em nosso Estado, como é a segurança de todas elas?

Não é para menos que o Governador chamou o Sr. Delazari, o Sr. Azor e o Coronel Pancotti, de Três Patetas. Não é o Barbosa Neto que está fazendo esta crítica aqui. Então, até os outros Deputados que sustentam o Governo nesta Casa, no momento em que for contrapor aqui o Deputado Barbosa Neto, não me contraponham pessoalmente, por favor, mas as idéias que defendemos, é sempre no sentido de colaborar com este Governo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário do PFL, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando falamos que o governo mente, recebi uma série de críticas dos Deputados da Base Aliada que ficaram muito irritados com essa posição que aqui trouxemos. Quero provar aqui que o Governo do Estado do Paraná não cumpre com os investimentos na área da saúde, onde tem obrigação de investir 12% e não vem cumprindo. Ele vem mascarando os recursos que são gastos na área da saúde.

De acordo com uma auditoria feita pelo Ministério da Saúde o Estado do Paraná utilizou indevidamente, repito, indevidamente 218 milhões de reais, ou 34% do valor declarado no orçamento do Estado para serem investidos na segurança pública.

Com isso o governo descumpriu a emenda constitucional 29 que estabelece os percentuais mínimos de recursos próprios dos Estados a serem aplicados na área da saúde.

Pior do que isso, o dinheiro foi utilizado para fins alheios à área da saúde. Os 34% do orçamento foram usados, por exemplo: para cumprir despesas de ações judi-

ciais, análise de sementes transgênicas, pavimentação, saneamento, construção de capelas mortuárias, pagamento de cursos de pós-graduações, entre outros.

Para deixar claro, o dinheiro que era para ser investido na saúde foi investido nessas áreas.

Vejam só o descaso, o povo está morrendo por falta de UTI e o governo vem prometendo investir um bilhão de reais! Repito, um bilhão de reais, na área da saúde!

Tudo propaganda enganosa! É uma mentira! O governo está torrando 140 milhões de reais em publicidade! O maior gasto na história do Paraná! Quero falar, 140 milhões de reais dava para implantar 1400 UTI's nos hospitais do nosso Estado! De acordo com o Ministério Público Estadual, somente nos hospitais da cidade de onde sou, Ponta Grossa, 53 pessoas morreram quando esperavam vagas na UTI!

Agora o Ministério Público está movendo uma ação pública contra o Governo do Estado do Paraná, solicitando o pagamento dos valores que teriam sido utilizados indevidamente pelo Fundo Estadual da Saúde.

O homem que constatou essa farsa é auditor do Ministério da Saúde, Sr. Mário Lobato. Ele disse, com todas as letras, que o Governo maquiou o orçamento da saúde. O Estado diz que investiu 11% na área da saúde em 2004, mas, de acordo com a auditoria, descontados os gastos não relacionados na área, o valor real é de 7,3%.

Então eles maquiaram o orçamento, e vem à televisão divulgar que estão investindo um bilhão de reais!

Mentira de novo, repito, e não adianta os Deputados da Base aliada ficarem bravos ou irritados, porque é uma verdade. Inclusive os meios de comunicação trouxeram nesse final de semana esses dados.

Entre o dinheiro aplicado irregularmente, segundo o Ministério da Saúde, estão 83 milhões de reais utilizados na ampliação do sistema integrado de abastecimento de água e esgoto sanitário da Região Metropolitana de Curitiba e também no litoral do Estado do Paraná.

Os outros 825 mil foram destinados à manutenção dos cursos de fisioterapia e educação física da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, que fica lá em Jacarezinho. Já o pagamento dos cursos de pós-graduação aos professores das universidades estaduais consumiu um milhão de reais do orçamento da saúde.

A auditoria concluiu, ainda, que foram gastos irregularmente, 6.1 milhões de reais com limpeza e remoção de lixo nas praias do Estado do Paraná; construção de esterqueiras -local onde junta esterco de criações, normalmente de porcos e gado bovino - e cercas de proteção de mananciais. Então, os recursos foram utilizados em outras áreas e maquiaram o orçamento para dizer que o Estado do Paraná gastou 11% daquilo que ele arrecada na área da saúde. Repito: mentira do Governo do Estado do Paraná!

Acorda, Requião! A saúde vai mal e, por favor, atenda a nossa Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PT; PMDB se farão uso do seu tempo.

(**Declinam**)

Consulta a Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, agradeço por não ter deixado o PSDB sem a liderança, mas venho à tribuna, inicialmente, para me contrapor ao aparte dado pelo ilustre Presidente do PT, quando aparteei o Líder do PMDB nesta Casa.

Quero até enaltecer a atitude do André, que está tendo coragem, no meio desse tiroteio que parece até estar em Bagdá, sair em defesa do seu Partido, vir fazer acusações a Eduardo Azeredo. Quero dizer que a posição do PSDB foi dita, ontem, pelo Líder do PSDB na Câmara Federal, se alguém tiver dúvida, depois das explicações dadas por Eduardo Azeredo, que entre no Conselho de Ética e exija as explicações. Agora, não pode querer misturar, Deputado Luiz Carlos Martins, um caso isolado de Minas Gerais com todo PSDB do Brasil com o PT nessa situação.

Não podemos justificar esse mar de lama que tomou conta do Brasil com atitudes isoladas de partido “a” ou “b”. Temos aí o caso do PMDB que tem um Deputado Federal, segundo o que estamos ouvindo, que renuncia hoje ou vai ser cassado amanhã, mas nem por isso podemos julgar o PMDB por essa razão; temos que julgar a pessoa. Então, um caso isolado. Agora, a questão PT é uma questão fora do normal, é de deixar o Collor e o PC Farias com vergonha. O PC Farias se vira no caixão, porque já morreu, e o Collor sente-se envergonhado por ter agido de tamanha boa fé.

Para os senhores terem uma idéia: ontem, no Programa do Jô Soares, sabe qual é o número de contas, que já foi levantado, que o PT nacional tinha? Tinha não, tem, porque ainda não é o número exato, ainda tem muito a ser levantado. Cento e quarenta e sete contas! Agora, eu pergunto: por que um Partido tem que ter 147 contas, quando você pode ter só uma? Não há necessidade de 147 contas. Algum objetivo existe.

Se formos entrar em casos pessoais - quando disse aqui da blindagem do Presidente Lula, é verdadeiro. Vocês já imaginaram, senhores petistas, se o filho do Presidente Fernando Henrique tivesse pegado cinco milhões da Telemar, uma empresa de fundo de quintal? Vocês já imaginaram se um avião da FAB viesse pegar o filho do Presidente da República de um outro Partido, com a namorada e os amigos para se deliciarem do conforto do Palácio, no final da semana? Estaríamos, Deputado Dobrandino, com as ruas cheias de bandeiras vermelhas e

de estrelinhas, quebrando vidraças, arrebatando portas, em uma demonstração da revolta da população. Esta é a grande verdade, se fosse a situação com outro Presidente da República, com outro partido político.

A sorte deste Brasil é que os partidos políticos, que hoje são a grande maioria no Congresso Nacional, são partidos políticos que têm grande responsabilidade, senão este País estaria sofrendo, e muito, principalmente a sua população.

Deputado Dobrandino, enalteci e enalteço a atitude do Deputado André Vargas, quando vejo da tribuna da Assembléia um discurso coerente e prepositivo do Líder do PMDB, para lançamento de candidatura a Presidente da República.

Em aparte que fiz, falei e acredito que falei a verdade, porque tenho nos jornais o posicionamento do Governador Requião, se afastando do Lula, do seu antigo irmão Lula - lembro-me que era um irmão de pele no tempo da campanha, para não avalizar os absurdos que o PT está cometendo na direção da República.

Quero enaltecer aqui o poder de liderança do Governador Requião, por uma razão: só vejo o Deputado André Vargas sair na defesa do PT. Sei que é muito difícil. O restante do PT, vejo de joelhos à frente do Requião! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, o Horário do PT foi pulado?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não foi pulado. Foi chamado por duas vezes e não houve manifestação, mas o Deputado Tadeu Veneri nos solicitou que reconsiderássemos essa situação e eu lhe disse que após a fala do PMDB, que é o último, vamos conceder a palavra ao PT.

Liderança do PMDB: Deputado José Maria Ferreira

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, o Deputado Ademar Traiano trouxe a esta Casa uma questão, em que estávamos fazendo menção junto à Secretaria de Estado da Fazenda, junto ao Heron Arzua, Secretário, e também ao CREA, do Sr. Vieira. O Deputado Traiano, juntamente com outros Deputados se manifestaram. Já estava nesta gestão o Deputado Dobrandino, a Deputada Elza, o Deputado Anibelli, entre outros, para que o Estado, o Governo, revise a disposição de fechar as Agências de Renda do Estado do Paraná.

O Governo, Padre Paulo, pela eficiência que teve em dois aspectos: primeiro, de informatizar as atividades

da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Hoje toda a atividade, praticamente, está informatizada. Você acessa do seu gabinete, do seu escritório, da sua empresa, todas as atividades do Estado junto à Receita Federal; praticamente todas. E isso, evidentemente, esvaziou as atividades desempenhadas pelas Agências de Renda distribuídas pelo Paraná afora.

A outra questão, é a desoneração de mais de 180 mil empresas. Como o Governo desonerou essas empresas, também aliviou a carga de trabalho junto às Agências. E aí, evidentemente, a estrutura que tinha sido dimensionada em governos anteriores, para que fossem atendidas praticamente duzentas mil empresas, estavam sendo atendidas três mil e oitocentas, que são aquelas passíveis de fiscalização e acompanhamento.

E o Governo, buscando fazer a redução, a racionalização do pessoal e de custos, propôs o encerramento de algumas dessas Agências no interior do Estado. Essa foi a razão que levou o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado, a propor a redução, mas, em função da colocação feita nesta Casa, em função da disposição dos Deputados da Bancada de Apoio ao Governo, ouvindo as Associações Comerciais, ouvindo os contabilistas do Estado do Paraná e ouvindo também os empresários do nosso Estado, entendeu que é possível, sim, manter e continuar abertas as agências do nosso Estado, reduzindo pessoal. E à medida que a sociedade for assimilando, for interiorizando a própria prática da agência on line, que é a que hoje está prevalecendo, o Governo terá então tomado outras medidas e a própria sociedade compreenderá que essas agências hoje não ocupam mais a função que ocupavam no passado.

Então, essa foi uma decisão serena tomada hoje no Palácio Iguaçu, no gabinete do Secretário da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, junto com o Secretário Heron Arzua, com o Líder do Governo, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, com as Deputadas Elza e Rafagnin, os Deputados Anibelli, e Ademir Bier, que estavam lá presentes e este Deputado, para que o Governo, sensibilizado, junto com os demais Prefeitos, pudesse adotar essa medida que, pretendemos, atende aos interesses do Paraná, de fiscalização e também dos nossos contribuintes.

Gostaria também de colocar ao Deputado Barbosa Neto que noticiou a esta Casa que houve o desencaixe do Governo ou prejuízo de 180 milhões do fundo da Sanepar, do fundo da Copel e também da Itaipu. A responsabilidade do Governo do Estado, enquanto Governador é muito clara, Deputado Augustinho, que neste momento preside esta Sessão.

O Governador do Estado, no dia 30 de agosto de 2004, remeteu um newts para a Copel e solicitou que ela orientasse à Fundação Copel e à Fundação Sanepar, que retirassem os recursos aplicados no Banco Santos e Banco Panamericano. Estes newtes eu tenho em mãos, ele representa a determinação do Governador, que retirassem os recursos aplicados nessas duas instituições.

Passa a usar o Horário da Liderança do Governo

Não são 180 milhões. Os recursos aplicados no Banco Panamericano e no Banco Santos, da Fundação Copel, eram 35 milhões, e corrigido à época, dava em torno de 37 milhões. Eu desconheço o valor da Sanepar. V. Exa. disse que eram 59 milhões. Mas, foram determinações para as duas instituições, tanto da Sanepar como da Copel. Evidentemente o Governo não determina na Copel. A Instituição tem liberdade de aplicação. Ele, como gestor e como aquele que aporta os recursos, evidentemente acompanha e tem inclusive interesse na boa aplicação desses recursos, daí a preocupação do Governador em efetivamente ter a aplicação dos recursos numa instituição segura. Naquele momento já não era mais segura, tanto no Banco Santos quanto no Banco Panamericano.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado, nobre Deputado José Maria. Eu queria fazer duas colocações, embora não seja exatamente na linha do seu discurso. Primeiro, eu, como policial, gostaria de agradecer ao Governador Roberto Requião pelo anúncio do aumento aos policiais civis e militares em torno de 35 a 49%, valorizando assim também a classe dos policiais civis que detêm o curso superior, uma mensagem, uma proposta minha ao Governador, que foi aceita, e eu me sinto muito honrado com isto, e ao mesmo tempo, rebatendo as afirmações do Deputado Barbosa Neto, em que ele diz que não se faz nada pela segurança. Muito pelo contrário! Policiais, com esta atitude do governador, estão sendo valorizados, estão tendo oportunidade de progredir na carreira, e eu me sinto muito honrado por ser da base do Governo neste momento e por ser policial.

O segundo aspecto diz respeito a questões das Agências da Receita Estadual que deveriam ser fechadas e que já sabemos de antemão que o Secretário Heron Arzua vai rever essa posição, e eu gostaria de pedir aos Deputados que ontem protocolaram requerimentos que, se porventura se dispuserem a retirá-los porque não há mais necessidades da votação dos mesmos - eu agradeceria, em nome da Liderança do Governo.

Obrigado pelo aparte, Deputado José Maria.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado José Maria, consulto V. Exa. da data que o Governador teria mandado...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Eu posso ler o newtes encaminhado pelo Diretor Financeiro da Copel.

De acordo com a orientação do acionista-controlador da Copel, evidentemente o Governo, o Chefe do Exe-

cutivo, procede à retirada dos valores aplicados no Banco Santos e Banco Panamericano.

Esta determinação já foi por mim repassada ao nosso Presidente, Dr. Paulo Pimentel, para que a orientação à Fundação Copel neste sentido seja atendida.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Qual a data?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Trinta de agosto de 2004.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Pois bem, então a direção da Copel e o Presidente da Fundação Copel não obedeceram, porque no dia 23 de setembro de 2004 foi dada a determinação, através de e-mail, para o Presidente da Fundação para que mantivesse o dinheiro no Banco Santos e no Banco Interamericano.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Eu tenho certeza que do Governador não foi, porque ele não poderia dar uma ordem refazendo a que acabou de dar, porque essa aqui foi ele quem determinou.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Na seqüência eu passarei e o e-mail a V. Exa., que V. Exa. vai comparar os dois e vamos chegar à conclusão que alguém desobedeceu alguém, alguma coisa aconteceu de errado.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu agradeço V. Exa. me conceder o aparte e me preocupa bastante esta informação que o Deputado Neivo Beraldin traz a esta Casa na tarde de hoje, porque, se houve essa desobediência precisamos identificar de onde ela partiu. Quem desobedece o próprio Governador? Não é a vontade do Governador que deve prevalecer, principalmente numa empresa que é controlada pelo Governo do Estado?

A outra questão que nós levantamos é para que este caso seja investigado com maior profundidade, inclusive o próprio Deputado Neivo Beraldin já convida os Deputados que fazem parte da Comissão de Fiscalização para uma reunião na próxima terça-feira a partir das 10h00 da manhã, se não me falha a memória.

Até para encerrar, já que V. Exa. está fazendo uso do Horário do Governo, talvez o Deputado Mário Braddock não tenha compreendido a minha colocação: em nenhum momento eu disse que o Governo não faz nada pela Segurança. Só disse que, em muitas das vezes, nos momentos em que tecemos comentários ou agimos com procedimentos, requerimentos ou ofícios ligados à Segurança Pública, é justamente no sentido de poder colaborar com esse próprio Governo. No caso dessa reunião do Projeto Mãos Limpas, da última segunda-feira, o Gover-

nador corrobora aquilo que temos falado, principalmente porque o Governador, quando soube às 09h30 da manhã, da fuga desses bandidos altamente perigosos da Casa de Custódia de Curitiba, essa fuga ocorrerá às 3h20 da madrugada. Nem o Secretário da Segurança Pública, nem o Comandante da Polícia Militar, muito menos o Chefe Geral da Polícia Civil tinham conhecimento! É por isso que o Governador utilizou esses termos, chamando os três de Três Patetas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Então a preocupação maior da Sessão de ontem que o Deputado Ademar Traiano, entre outros, trouxe, o Governo, junto com a Bancada, resolve a questão.

Volto só a dizer, Deputado Luiz Carlos Martins, a Secretaria tem mapeado todas as demandas, da pequena à média e à grande empresa. Por exemplo, só para citar aqui, a Lapa, das 693 microempresas que tem, 465 têm processamento de dados; são informatizadas. Isso representa 67.1 das empresas, 249 empresas que estão dentro de regime de fiscalização normal, 180 estão informatizadas, on-line, com a Secretaria da Fazenda, isso representando 73%. E as empresas que têm acompanhamento especial, 21 empresas, representando desse total, 18 têm relação on-line com a Secretaria, 85%.

Então a Secretaria hoje é detentora de todas as informações a respeito e ela tem condições de, *pari passu*, acompanhar à distância, e acompanharmos um problema sério que é dos créditos de ICMS de exportação. Hoje não temos aquele estoque violento; difícil está abater aquele que foi deixado. Entretanto, o que é feito diretamente no CAM, fazendo com que o crédito saia lá compensado, sem interferência junto à Secretaria da Fazenda, moralizando, permitindo que o cidadão possa ser respeitado, enquanto contribuinte, enquanto partícipe do processo econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PT. Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acredito que tanto o Deputado Anibelli, que fez uma análise aqui do que aconteceu ontem, do lançamento de um projeto que tem, entre outros autores, o Cezar Benjamim. Aliás, suas intervenções foram literalmente repetidas aqui pelo Deputado Rafael Greca.

Não sei se foi por coincidência, Deputado Rafael Greca, mas aquilo que foi dito aqui que, “o Brasil deixou de ser uma nação para ser uma plataforma dos exportadores”, está no livro do Cezar Benjamim. Acho que é importante que se diga isso, porque ele vem dizendo isso

há vinte anos. É importante que nós nos lembremos que o PT talvez seja o Partido mais fiscalizado, mais examinado, mais criticado, mas é também o Partido que vem sofrendo as mais duras críticas, há 120 dias. Dificilmente outro Partido do nosso país teria sobrevivido durante todo esse período com um patrimônio - apesar de todas as críticas - que ainda mantêm com todas essas capas de jornais e revistas, durante 120 dias.

E aqui faço essa ponderação, porque é preciso que nos lembremos - fazemos política - que quando o Sarney era Presidente da República pelo PMDB - que respeitamos muito - e após eleger a maioria absoluta de Governador do Plano Cruzado, no dia seguinte à eleição de todos os Governadores, fez o congelamento de preços. Sabemos como terminou. Da mesma forma, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que durante três anos segurou uma âncora cambial que fez com que elevássemos a nossa dívida de 67 para 670 bilhões de reais.

Acho que isso, Deputado Rossoni, nós também não podemos esquecer. Que façamos as críticas, Deputado Rossoni, à política econômica. Entendo que há possibilidades de termos alternativas.

Não sou daquele que vai na toada da boiada. Não acho que dê para simplesmente pegarmos o camarada Kirchner e colocá-lo como nosso exemplo, porque Kirchner foi Presidente depois de quatro Presidentes depostos. E Kirchner só fez a alternativa que fez, porque não havia outra, porque senão, daqui a pouco, vamos esquecer as coisas que aconteceram há seus meses atrás, ou um ano atrás, e vamos achar que a história começa à zero hora de cada dia. Sabemos que não é assim.

Acredito que o PT irá pagar um preço muito caro pelos seus erros. Sabemos que iremos pagar esse preço. Agora, acredito também que se hoje não há manifestação nas ruas, se não há bandeirinhas vermelhas e estrelinhas, Deputado Rossoni, é porque alguém não tem ainda a capacidade de levar esse povo às ruas, porque não tenho dúvida que já foram tentadas manifestações com caras pintadas, despintadas e que infeliz ou felizmente, acabaram não acontecendo.

Então, acho que cada Partido tem sua lógica. Recentemente vi, com bastante constrangimento, o Senador Bornhauser dizer que pretendia ficar livre dessa raça de petistas por trinta anos. Espero que também um dia possamos ficar livres dessa raça que especula no País e que o mata, não por trinta, mas por toda a nossa história. Porque há quinhentos anos fazem isso.

Por último, para terminar o meu pronunciamento muito breve, apenas gostaria de lembrar que, se temos quatro mil famílias que têm 40% do PIB do nosso país, muitos dos que fazem as críticas, até bastante inflamados, fazem parte dessas quatro mil famílias! E quando nós, no Congresso Nacional, propusemos que se votasse taxa para que as grandes fortunas pudessem contribuir para erradicar a fome, foram os primeiros a serem contrário! Então essa hipocrisia de vir falar que temos que fazer isso, fazer aquilo? Comecem fazendo em casa, comecem

dizendo que são favoráveis à taxação das grandes fortunas!

As grandes famílias estão no nosso Estado mandando há trezentos anos; as grandes famílias mandam no nosso País há quinhentos anos! Não será apenas com o discurso fácil que essa situação será mudada! Por último, Srs. Deputados, apenas para lembrar, Deputado Rossoni, recentemente tivemos uma conversa aqui quando da votação da autarquia da Emater. Tivemos posições diferentes. Dentro do meu Partido, o senhor sabe, cinco Deputados votaram pela autarquia, convencidos que estavam que era a melhor alternativa; quatro foram contrários e pelas informações, Deputado Rossoni, que eu obtive do senhor, do PSDB, dois Deputados votaram a favor, contra a autarquia e oito Deputados, se eu não estiver enganado, votaram a favor da autarquia, o que não me faz absolutamente pensar que estejam de joelhos com o Governador Roberto Requião. Apenas entendo que tiveram uma posição diferente e não quiseram seguir a orientação da Liderança, o que às vezes acontece.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Como não conseguimos horário do Pequeno e Grande Expedientes - todos já estavam tomados - gostaria de solicitar ao Presidente que o nosso relatório e a preocupação de Maringá, na questão de segurança, e o aumento do índice de criminalidade. Infelizmente, Maringá não é mais uma das cidades mais seguras do Brasil, considerado pela população. Pedimos nesse relatório, ao Governo do Estado, providências urgentes para sanar esses crimes que têm acontecido.

Portanto, peço que considere lido o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Considero como lido o relatório.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna para trazer a preocupação da cidade de Maringá, que até recentemente era considerada como uma das cidades mais seguras do Brasil, uma estatística que enchia de orgulho o cidadão maringaense.

Porém, estas estatísticas já fazem parte do passado, porque a realidade de hoje, é bastante diferente.

Ontem, o Sr. Rubens Orlandine, se tornou a 27ª vítima fatal neste ano de 2005.

Este fato lamentável coloca em evidência a falta de segurança que vive Maringá nos dias de hoje, provocando reação e revolta na população, que exige do Governo do Estado do Paraná e do Secretário da Segurança, providências imediatas para a solução deste problema que coloca em risco Maringá e toda a região.

O número de homicídios este ano, já superou em muito o total do ano passado, que foi de 22 contra 27, neste ano que ainda se encontra no mês de setembro, ou seja, quase três meses antes do final do ano.

E o pior desta estatística é que, destes 27 homicídios, dez deles ainda não foram resolvidos pela polícia maringense.

Sr. Presidente, caros colegas Deputadas e Deputados, Maringá está atravessando dias difíceis na questão de Segurança Pública.

Pela primeira vez na história de Maringá, a cidade enfrenta problemas sérios - que pertenciam apenas aos grandes centros urbanos -, a guerra do tráfico de drogas.

O aumento do índice de criminalidade em Maringá, deixa notar na sua população um clima de intranquilidade e de insegurança, que só será amenizada, quando a população sentir que houve um aumento ostensivo do efetivo, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar.

A população de Maringá, só vai se sentir segura, quando notar a Polícia nas ruas, num trabalho efetivo de ronda e de prevenção.

O Governo do Estado informa que fez investimentos substanciais na área de segurança em Maringá, porém paira no ar um sentimento de insegurança na população.

Fica aqui marcada a nossa preocupação com a segurança de nossa cidade, que será registrada com a entrada de um requerimento que pede ao Governo do Estado, providências urgentes, para sanear Maringá e região, desses crimes que tem acontecido na cidade.

Era o que tínhamos para colocar nesta tribuna aos nossos Pares, na ocasião.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu fui várias vezes citado pelo ilustre Deputado Tadeu Veneri. É natural que se formos debater as questões econômicas, as questões do Governo anterior, do Governo Sarney, do Governo Lula, nós temos muito que discutir. Eu poderia fazer uma lembrança aqui de que, quando o Presidente Fernando Henrique assumiu a República, quando foi Ministro da Fazenda, ele assumiu com uma inflação em 50%, 40%. Nem lembro quanto! Entregou o Brasil com uma inflação controlada.

Fala-se da elevação do dólar. Ela só houve no período da eleição, porque era o "Risco Lula". Depois que o Lula assumiu a Presidência da República e seguiu a cartilha do PSDB, diga-se de passagem, mais ortodoxa, diz o Presidente Fernando Henrique em várias entrevistas que já ouvi e li, de que se ele fosse hoje escolher o seu Ministro da Fazenda, ele não escolheria o Pedro Malan. Ele escolheria o Palocci, que seguiu a cartilha rigidamente e

aplicando com mais rigidez essa questão econômica do Brasil.

A única coisa que nós podemos lembrar aqui do Governo atual, são as coisas boas que ficaram do Governo anterior. Vamos aqui fazer uma revisão de memória. Vamos lembrar de um grande feito deste Governo. Eles virão, com o pronunciamento, dizer que as exportações aumentaram. Ora, eu sou exportador, Deputado Tadeu Veneri! Você não prepara um país, como já disse o Deputado, da tribuna, do dia para a noite, você não prepara um país para exportar, do dia para a noite. Essa preparação do Brasil de hoje, do Brasil potência mundial nas exportações, começou lá, quando no Governo Itamar Franco, o Presidente Fernando Henrique, então Ministro da Fazenda, tomou as medidas, derrubou a inflação, preparou o Brasil para ter uma moeda estável e veio no seu Governo, com muita dificuldade, enfrentando cinco crises.

O Governo Lula, não enfrentou nenhuma crise, a não ser da corrupção do seu Governo.

O Governo Fernando Henrique enfrentou cinco crises da moeda, uma aqui ao lado, quando quebrou a Argentina, outra asiática, outra da Polônia, outra a do México, todos os países que faliram e que mexeram com a economia mundial e mais a Rússia, ainda.

O que nós temos a lamentar é que no momento em que o mundo vive uma economia que prospera e que cresce, nós temos um Governo que não tem tempo de governar. Sai o Presidente Lula, numa semana em que o país atravessa uma crise sem precedente e vai à Guatemala! A Guatemala nesta semana recebe o Presidente Lula e recebe o Presidente de Taiwan. Os jornais dão destaque a Taiwan e esqueceram que o Presidente Lula está passando por lá!

Sabe por quê? Porque o Lula faz a política do "firim-fim-fim-forom-fom-fom", ele vai lá para ter a cobertura da Globo, para mostrar ao Brasil que ele está vendendo o Brasil, que está melhorando as exportações, tentando cobrir o sol com a peneira.

Tomara que esse pressentimento não seja verdadeiro. Eu acho que o Presidente Severino não tem a mínima condição de ser Presidente da Câmara, mas espero que não seja uma armação feita em cima dele, para jogar uma cortina de fumaça, e levar a crise para o outro lado da rua.

Diga-se de passagem, no momento em que prendem o Paulo Maluf, é só com estardalhaço. No momento que, o Severino vai para a ONU, aí cria-se uma semana de terror, em cima do Severino. E o nosso Presidente viajando com o firim-fim-fim e com o forom-fom-fom", sempre o mesmo discurso, é as elites, é não sei o quê e não sei quem. Não! É ele o culpado! É ele o culpado, porque não sabe governar. Ele está mais para a festa junina. Ele está mais para viajar, para gozar das mordomias. Nunca nós imaginaríamos que o Presidente Lula gostaria tanto de avião, até comprar um avião para ele poder viajar com a sua excelentíssima esposa por este mundo afora.

Viagens inúteis, por esse mundo, que não trazem nenhum resultado.

Eu não quero dizer que todas as viagens não trouxeram resultados, não. Tem resultado, sim, imaginem a viagem desta semana, ele vai à Guatemala e vai à ONU. Na ONU, vai ser decidido se vai ser aumentado o número de participantes, com voto e, com poder de veto na ONU. Ele vai chegar atrasado na ONU! Sabe por quê? Já decidiram que não aumentam o número de votantes com o poder de veto. Quer dizer, vai chegar na ONU, fazer o quê?

Quer dizer, pode enganar, sim, os brasileiros que não tiveram formação que nós temos. Mas nós, que somos representantes da população, temos a obrigação de transmitir-lhe isso e dizer que nós não podemos ser enganados! Nós não podemos esquecer o que está acontecendo aqui no Brasil! Nós não podemos esquecer o que acontece neste Brasil, que na história da República, os quinhentos anos, Deputado Tadeu, todos fizeram o mesmo pronunciamento dizendo que iriam redistribuir rendas.

Quero lembrar aqui, ao ilustre Parlamentar petista, quem mais lucrou neste país, no último ano, não foram os agricultores, não foram os trabalhadores que o Lula representa! Não foram as pequenas empresas, sabe, foram os banqueiros!

Que fique gravado isto na mente dos petistas para que eles saibam que hoje quem representa as elites neste país são os senhores, são V. Exas, é o Presidente Lula, é o Palocci, são essas as pessoas que representam as elites.

Quem é amigo do Oportunity, não é o povo brasileiro! Quem é sócio da Telemar com cinco milhões de reais para o filho do Presidente, não é o povo brasileiro. Quem é trabalhador brasileiro, que está na garagem da sua casa com uma micro e pequena empresa trabalhando com o seu filho, com a sua esposa e que não gostaria de receber a visita da Telemar para colocar lá cinco milhões no seu negócio? Quem é o brasileiro que não gostaria? E o PT está fazendo justiça social começando pela família do Presidente da República.

Por essa razão, Deputado André Vargas, eu enalteci o seu posicionamento, porque V. Exa. é um homem corajoso, defende a bandeira do seu Partido. O nosso Partido cometeu erros. O PMDB quando Sarney governou, cometeu erros. Não há governos que não cometam erros. Mas errar o tempo todo aí é imperdoável!

É por esta razão que os brasileiros não perdoam. E o final, não sabemos quem quer carregar o caixão, porque vai ser por um ano e meio. E em um ano e meio, o defunto vai exalar mau cheiro.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar com muita alegria a presença do Prefeito Toninho, de Perobal, o Valci, que é Secretário da Agricultura, o ex-Prefeito José Evangelista e o Prefeito e ex-suplente de Deputado Estadual, nosso amigo Claudio Palozzi de São João do Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Muito obrigado pela presença dos aqui registrados pelo Deputado Nelson Garcia.

Fiquem à vontade.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Quero dizer apenas que amanhã teremos a oportunidade de debater. Mas é interessante como as qualidades do país são atribuídas a outrem, e os problemas eventuais, são do PT.

É interessante!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Para esclarecimento ao Deputado André Vargas, quero dizer que amanhã o Deputado Anibelli me cedeu um espaço do Grande Expediente.

Eu abrirei o aparte ao Deputado André Vargas, porque um homem corajoso como o André merece meu aparte, porque é um homem democrático e além de democrático, é corajoso.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Eu já fiz um acordo com o Deputado Bradock que vai falar sobre o aumento dos Delegados de Polícia, dos policiais civis e o Deputado Elton Welter me pediu a metade também.

Amanhã repartirei irmãmente entre o PMDB e o PT.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Quero dizer a V. Exa. que o direito regimental do Deputado Anibelli eu defenderei até as últimas consequências, porque ele tem direito de se inscrever até o dia 28 de novembro.

Peço à minha assessoria, baseado no mesmo artigo que o Deputado Antonio Anibelli usou para assegurar o Grande Expediente por longa data, que faça um requerimento e dê entrada na Mesa, requerendo o Grande Expediente de todo o ano de 2006. Assim, depois eu vou ceder conforme a minha boa vontade com os Parlamentares desta Casa.

Se o regimento concede essa situação, o Deputado Anibelli está coberto de razão, e regimentalmente certo, eu vou me ater ao Regimento e requeiro o Grande Expediente de 2006 para que eu possa fazer uso.

Gostaria que fosse confeccionado o requerimento.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Eu só solicitaria, se esse requerimento eventualmente fosse aprovado, que nós pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Eu não vou conceder Questão de Ordem a requerimento que nem sequer foi apresentado. À hora que apresentar, a Mesa vai decidir a Questão de Ordem colocada pelo Deputado Rossoni.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Mas se o Deputado Rossoni tiver o mesmo procedimento democrático que ele teve hoje, ninguém mais vai falar, só o Anibelli e o Rossoni.

Quer dizer, ninguém merece, Sr. Presidente!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Anibelli pediu até 28 de novembro, o Rossoni até 2006; eu vou pedir 2007 e 2008.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Enquanto haja as Questões de Ordem, eu, só presidindo a Sessão na ausência do Deputado Hermas Brandão, acho que lamentavelmente o nosso Regimento Interno é pior do que o outro, e o momento de discutir essa questão era quando foi votado o Regimento Interno às pressas, aqui na Assembléia.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na mesma esteira que o Deputado Rossoni e o Deputado Anibelli se manifestaram em relação à inscrição no Grande Expediente, eu ainda tenho as minhas dúvidas na interpretação desse Regimento. Eu espero que os 54 Deputados que integram o Parlamento do Estado do Paraná, que tenham, acima de tudo, o princípio da igualdade e o princípio da democracia; o direito a todos. Eu, se eu quero, posso me inscrever agora, eu vou lá e assino o Grande Expediente até o final do ano. Mas não é isso que o Parlamento quer, o Parlamento brasileiro requer o debate, e do bom debate saem os grandes frutos e os bons resultados em favor do nosso Estado.

Eu acho que se alguém se inscrever, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Antonio Anibelli, requerer o Grande Expediente, se inscrever trinta dias com antecedência, todos os dias, isso é tolher o direito de qualquer Parlamentar trazer um debate à Assembléia Legislativa!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, acho que não cabe a nós essa discussão aqui agora, até porque regimentalmente, quando da inscrição do Deputado Anibelli cabe à Mesa obviamente decidir se é permitido pelo Regimento ou não. Mas, nas questões que não são bem claras pelo Regimento, pode haver o bom senso.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva e mais 26 Deputados.

Requer a transformação da Sessão Plenária do dia 14/09, portanto amanhã, em Comissão Geral para votação do Projeto de Decreto Legislativo 03 de 2004.

A Mesa recebe e determina que seja protocolado, e de acordo com o artigo 107, parágrafo 2º do Regimento Interno, determina sua inclusão na próxima Sessão, decorridos 24 horas. **À Diretoria Legislativa para devidas providências.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para esclarecer que em função da transformação do Plenário em Comissão Geral, está desconvocada a Comissão de Constituição e Justiça para o dia de amanhã. O Plenário é soberano; vota com tranqüilidade o Decreto Legislativo.

Só estou comunicando a todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente comunicado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não tem que ser votado hoje esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

São 24 horas após a apresentação, Deputado Dobrandino. Não pode ser apresentado e votado hoje - é o que diz o Regimento, Deputado Dobrandino.

Expediente, subscrito pelo Sr. Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Delegado Bradock, para fazer parte da Comissão Especial de Investigação - CEI, que irá investigar os graves problemas relacionados com os caça-níqueis e jogos de azar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente, subscrito pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Natálio Stica, para compor a Comissão Especial de Investigação, que irá investigar os caça-níqueis e jogos de azar, no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente, subscrito pelo Sr. Deputado Barbosa Neto, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Neivo Beraldin, para compor a Comissão Especial de Investigação dos caça-níqueis, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2005, desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente, subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão Especial de Investigação dos caça-níqueis, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2005, desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente, subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a utilização

do horário do Grande Expediente nas Sessões Plenárias das segundas, terças e quartas-feiras da 4ª Sessão Legislativa, ano de 2006, da atual legislatura. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre a utilização de sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E COPTC. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação projeto, ressalvada a emenda.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, companheiros e companheiras.

Gostaria de cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin pelo projeto.

Pelo alto índice de desemprego, esse projeto traz garantias e os direitos da pessoa humana em preservar os trabalhadores de transporte coletivo, aqui representados por inúmeros companheiros.

Quero dizer que votaremos favoravelmente ao projeto.

Este projeto no artigo 1º estabelece a proibição de catracas eletrônicas e máquinas de bilhetagem para garantir o trabalho dos companheiros.

Agora, no parágrafo 1º que poderia acontecer regimentalmente dentro da técnica legislativa, se fosse uma exceção.

Entretanto, aqui no parágrafo 1º não é uma exceção, ele contradiz o artigo 1º. Portanto, é uma contradição e um erro, na minha avaliação de técnica-legislativa, porque no artigo 1º proíbe catracas e no parágrafo 1º diz: “com expressa autorização do Poder concedente, desde que não ocorram demissões de cobradores e emissores de bilhetes, os mesmos continuarem suas funções, poderá ser instalado o sistema de bilhetagem.”

Ora, contradiz o primeiro, por quê? Porque está dizendo que pode instalar, se mantiver o trabalho dos cobradores. Como é que vai ser garantida a permanência desses trabalhadores?

E os que se aposentam? E os que morrem? E os que pedem demissão? E os que saem? Se eles não forem substituídos por outros trabalhadores, automaticamente a bilhetagem eletrônica poderá ser instalada no futuro.

E uma lei não é feita para um ano, dois, três. É para dez, vinte, o máximo que pudermos garantir.

Então, eu diria apresentar uma emenda, não para prejudicar o projeto, como foi insinuado hoje, mas para garantir que o projeto realmente garantisse o que está preconizado no seu artigo 1º.

Não vou fazer a apresentação dessa emenda, porque teria que ser retirado de pauta, os companheiros estão aqui desde às 14h30 e, principalmente, pelo respeito que tenho à companheira Luciana Rafagnin, que solicitou que eu não apresentasse Emenda, (portanto, não vamos apresentar Emendas) e, também, porque no artigo 4º a Secretaria dos Transportes vai regulamentar essas disposições e, nesse momento podem apresentar alguma forma de assegurar os empregos dos cobradores.

Eu não poderia deixar de fazer esse alerta, para amanhã ou depois eu poder ficar em paz com a minha consciência. Então, vamos ver, Luciana, se na regulamentação garantiremos que todos os trabalhadores que se aposentarem, que saírem por conta própria ou por outra razão, sejam substituídos por outros nomes, porque se assim não for nós estaremos, automaticamente, garantindo a instalação dessas máquinas em um futuro muito próximo.

A minha preocupação, portanto, foi apenas de garantir o espírito do projeto, porque quem redigiu, eu sei que foi um eminente jurista, meu amigo, mas na técnica legislativa foi falha, até porque falava com um companheiro, representante dos trabalhadores, e ele dizia: “não, mas não queremos impedir a modernidade, queremos que seja instalado amanhã ou depois, mas que seja mantido o trabalho dos funcionários”, mas se for instalado, não garante, porque você coloca o bilhete ali e não precisa de funcionário.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, para não ficar nada mal explicado e para dizer que eu tive essa preocupação, porque do jeito que está redigido podemos estar criando um problema ao invés de resolver o já existente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o projeto, ressalvada as emendas.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero também cumprimentar todos os diretores de sindicatos que estão aqui, a Petropar, acompanhando a aprovação desse projeto e, desde já quero agradecer a preocupação da Deputada Elza e, também, o seu voto favorável ao projeto.

Conversamos bastante na elaboração desse projeto e nós temos uma interpretação um tanto diferente da Deputada, porque hoje é possível, em alguns ônibus, por exemplo o biarticulado de Curitiba, que funciona também com bilhetagem, mas não dispensa o cobrador. Então, essa é a nossa preocupação, para que não tenhamos desemprego no nosso Estado. Foi com esse objetivo que apresentamos esse projeto, para que não ocorra mais desemprego com colocação de catracas eletrônicas.

Entendemos que no artigo 4º, quando coloca que a Secretaria dos Transportes regulamentará as disposições dessa lei priorizando o bem-estar dos usuário, mas, sobretudo, privilegiando as medidas que assegurem, sob pena de multas elevadas, a preservação dos empregos dentre os rodoviários, em especial dos cobradores. Então, entendemos que qualquer dúvida que possa surgir nesse sentido, a Secretaria poderá regulamentar.

Estaremos sempre em contato com a Deputada Elza, com os companheiros dos sindicatos que estão aqui, para que possamos assegurar, ao máximo, o trabalho de todas as pessoas que hoje estão empregadas e que correm o risco de ficarem desempregadas por colocações de catracas eletrônicas.

Agradeço a preocupação da Deputada Elza e reforço o pedido de apoio de todos os Deputados, o voto favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o projeto. Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda.

Pois não, Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Nós estamos com um problema muito parecido. Há cidades em que há colocação de catracas, mas há a preservação dos empregos por conta de um dissídio coletivo. Temos companheiros em Londrina, aqui, e há uma cidade, que é Maringá, que está uma polêmica fortíssima em relação a isso no que concerne a transporte municipal, não intermunicipal.

Temos uma polêmica por conta de que está havendo uma demissão muito grande do transporte coletivo de Maringá.

Portanto, esse projeto vem em bom momento e tomara que inspire, pelo menos, uma legislação adequada em Maringá.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

Muito obrigado, Deputado André Vargas.

Em votação a emenda.

Aprovada.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 082/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que acrescenta parágrafo terceiro ao artigo 31 da Lei Complementar nº 76 de 21 de dezembro de 1995. (Concessões e Permissões de Serviços Públicos) PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2671, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 082/2005.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que determina, no âmbito do Estado do Paraná, a rotulagem de produtos que contenham transgênicos, em cuja fabricação tenham sido utilizados Organismos Geneticamente Modificados (OGMS) e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAICTM. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Assaad Nabhan. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005, em Projetos de Lei, pág. 24**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 005/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

O presente projeto de lei de autoria do eminente Deputado Barbosa Neto, tem como escopo conceder o título de Cidadão Honorário ao Sr. Assaad Nabhan.

Da Análise Legal

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001:

“Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos os requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.”

Do Voto

Ante o exposto, não havendo óbice quanto à correta aplicação da técnica legislativa e tampouco acerca da legalidade e constitucionalidade do presente projeto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 005/2005.

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à votação secreta.

Chamada nominal, pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Carlos Simões.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito aos Deputados Antonio Martins Anibelli, Ademar Traiano, Nelson Garcia e Delegado Bradock, que procedam à contagem.

O Presidente Hermas Brandão convida os Srs. Deputados para a Sessão Solene, amanhã, comemorativa aos 152 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná, por proposição do Deputado Alexandre Curi, juntamente com o Deputado Delegado Bradock.

Trinta e seis votos SIM; quatro NÃO.

Está aprovado o projeto.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Miltinho Puppio e Elton Carlos Welter, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº

14.582, de 28 de dezembro de 2004 - Lei Florestal do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/2005, de 25/04/2005, em Projetos de Lei, pág. 12).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 212/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 212/2005 visa alterar o artigo 7º do Código Florestal do Estado do Paraná, Lei nº 14.582/2004, instituindo, em síntese, que as florestas e demais formas de vegetação nativas devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% da propriedade rural, visando a manutenção da vegetação nativa do Estado e ficando seu uso permitindo somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade.

Estabelece ainda, o aludido projeto, que a compensação da Área de Reserva Florestal Legal poderá ocorrer, por opção do proprietário rural na mesma bacia hidrográfica e ecossistema e em condomínios florestais privados ou públicos, locados em qualquer dos municípios do Estado do Paraná, com exceção dos municípios de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Sobre os condomínios florestais públicos, o parágrafo 2º determina que caberá ao Governo do Estado implementá-los em área de baixa aptidão agrícola que se encontrem degradadas, para fins de recomposição ambiental, em áreas extensivas de grande importância ecológica e em remanescentes de vegetação nativa necessária à conexão das unidades de conservação.

Quanto aos condomínios florestais privados, o parágrafo 4º estabelece que estes poderão ser constituídos por proprietários que possuam grandes áreas, para fins de compensação de reserva legal.

No que respeita à constitucionalidade, há que se observar o que determina a Carta Constitucional, quando esta determina em seu artigo 24, VI, que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Os parágrafos 1º e 2º do mesmo dispositivo constitucional estabelecem, respectivamente, que:

“§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.”

“§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.”

Desta forma, torna-se imperiosa a observância do que ensina o professor Alexandre de Moraes no que tange à competência suplementar dos Estados-membros:

“A Constituição brasileira adotou a competência concorrente não cumulativa ou vertical, de forma que a competência da União está adstrita ao estabelecimento de

normas gerais, devendo os Estados e o Distrito Federal especificá-las por meio de suas respectivas leis. É a chamada competência suplementar dos Estados-membros e do Distrito Federal.”

Assim, compete neste caso em tela, ao Estado do Paraná, dentro de sua competência suplementar, instituir, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 4771/65, alterado pela Medida Provisória nº 2166-67/2001, o seu Código Florestal, consubstanciado na Lei nº 11.054/95.

Portanto, o projeto é constitucional.

O projeto atende ao requisito de legalidade, uma vez que a alteração da Lei nº 11.054/95 tem o objetivo de adaptar-se ao que dispõe a norma geral da União, que determina, em seu artigo 44, parágrafo 4º, que:

“na impossibilidade de compensação da reserva legal dentro da mesma micro-bacia hidrográfica, deve o órgão ambiental estadual competente aplicar o critério de maior proximidade possível entre a propriedade desprovida de reserva legal e a área escolhida para compensação, desde que na mesma bacia hidrográfica e no mesmo Estado, atendido, quando houver, o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica, e respeitadas as demais condicionantes estabelecidas no inciso III”.

Por fim, quanto à técnica legislativa, foram observadas as disposições da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

Desta forma, o projeto em tela é constitucional, legal e atende aos critérios formais da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 212/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Hermas Brandão e Miltinho Pupio, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004 - Lei Florestal. A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, não encontrou nenhum impedimento de ordem legal ou constitucional, apresentando parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente estende da necessidade da aprovação do projeto de lei, tendo em vista as condições particulares do Estado do Paraná, onde a pequena propriedade é praticamente a regra de sua estrutura fundiária.

Sendo assim, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 212/2005, para que o Estado do Paraná cumpra com dois preceitos legais, o da implantação da reserva legal e de manutenção da biodiversidade.

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a última quarta-feira de novembro como “Dia Estadual da Criança com Neoplasia” e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2005, de 30/08/2005, em Projetos de Lei, pág. 08).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 532/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva instituir, no âmbito de nosso Estado, o Dia Estadual da Criança com Neoplasia.

Fundamentação

Assim dispõe o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2004, de autoria da Comissão Executiva, que susta, nos termos do disposto do inciso XXVI, do artigo 54, da Constituição Estadual, os efeitos do acordo de acionistas da SANEPAR, celebrado em 04 de setembro de 1998, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A. **(Publ. no DA nº 102/2004, de 16/11/2004, em Projeto de Decreto Legislativo, pág. 17).**

Foi retirado da pauta pelo Sr. Presidente Hermas Brandão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2651, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Elio Rusch e demais Srs. Deputados da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Houve um entendimento por parte da Liderança do Governo com os Deputados, inclusive com a minha assinatura, no requerimento, foi feito um acordo da retirada desses requerimentos...

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Solicito à Bancada de Oposição um posicionamento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Ou V. Exa. coloca em votação e nós vamos votar contra.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido) **(Pela Ordem)**

O senhor já votou este requerimento.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Eu votei, mas ele pediu esclarecimentos...

O SR. JOCELITO CANTO **(Sem Partido)**

Mas pode voltar atrás?

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Não é voltar atrás...

(Vozes paralelas)

O SR. JOCELITO CANTO **(Sem Partido)**

Mas o senhor já votou!

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Se ele pedisse verificação teria tempo hábil.

O SR. JOCELITO CANTO **(Sem Partido)**

Mas ele não pediu. Então já votou! Dançou!

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Se ele pedir verificação somos obrigados a fazer verificação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. vai pôr em votação?

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vou colocar em votação, Deputado Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Aprovado ou...

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Está em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Está rejeitado, por unanimidade.

Requerimentos nºs 2618 e 2658, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2650, de autoria dos Srs. Deputados José Domingos Scarpellini, Barbosa Neto e Reni Pereira, com apoio dos Srs. Deputados Ratinho Júnior, Pastor Praczyk e Antonio Anibelli, constante de expediente de Sessão anterior. **Retirado pelos Autores.**

Requerimentos nºs 2652, 2654 e 2655, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2657, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2665, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2672, de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2673 a 2675, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2677, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2678, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 209/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026, 194 e 230/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 212 e 532/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 185, 228, 266 e 310/2005 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 036/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 411/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Art. Único. O prazo para encerramento do Plano de Demissão Voluntária - PDV - estabelecido no artigo 2º do Ato da Comissão Executiva nº 69/2005 fica prorrogado para o dia 30 de novembro de 2005, ficando em consequência alterado o prazo previsto no artigo 3º do Ato acima.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 31.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 416/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6242, datado de 17 de agosto de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na fonte dos proventos de SILVIO SEBASTIAN, matrícula nº 466, portador do RG nº 136.685-8 e do CPF nº 008.499.019-87, aposentado no cargo de Secretário de Comissão, Nível NUE-07, do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 049/2005, expedido por Junta Médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999, combinado com o artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 15/2001, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 01.09.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

Portaria:

PORTARIA Nº 079/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6553, datado de 04 de outubro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar anotar, na Ficha Funcional de ROSEMARY VIEIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 119, funcionária estável deste Poder Legislativo, os tempos constantes das Certidões fornecidas pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

I - períodos constantes na Certidão de Tempo de Contribuição de nº 3184/2004: a - quatro (04) anos, nove (09) meses e dezoito (18) dias de contribuição à previdência estadual; b - cento e oitenta (180) dias de acervo público, incorporado pela Portaria nº 12.858/86; c - cento e oitenta (180) dias de acervo público, incorporado pela Portaria nº 2.100/87; d - o tempo de cento e vinte (120) dias, pelo dobro das férias de 1982 e 1983, contado pela Portaria nº 7183/84; e - o tempo de cento e vinte (120) dias, pelo dobro das férias de 1983 e 1985, contado pela Portaria nº 12.953/86; f - o tempo de sessenta (60) dias, pelo dobro das férias de 1986, contado pela Portaria nº 2366/87; 2º - período constante na Certidão de tempo de Contribuição nº 2327/2004; dois (02) anos, dois (02) meses e dois (02) dias de contribuição à previdência estadual.

Gabinete da Diretoria Geral, 05.09.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissões

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e cinco, às 11h na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, Srs. Deputados dentre titulares e suplentes: Durval Amaral, Barbosa Neto, Duílio Genari, Marcos Isfer e o Presidente da Comissão Deputado André Vargas. Dando início à reunião o Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (1ª reunião extraordinária do dia 11 de maio de 2005), solicitação aceita por todos. A seguir o Sr. Presidente passou à pauta do dia conforme

abaixo: 01) Projeto de Lei nº 196/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 083/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 263/2005, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 451/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 082/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com ressalva através da emenda corretiva do artigo 1º apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça; 06) Projeto de Lei nº 115/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida em reunião posterior, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e cinco, às 11h na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, Srs. Deputados dentre titulares e suplentes: Durval Amaral, Barbosa Neto, Duílio Genari, Marcos Isfer e o Presidente da Comissão Deputado André Vargas. Dando início à reunião o Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (2ª reunião ordinária do dia 14 de junho de 2005), solicitação aceita por todos. A seguir o Sr. Presidente passou à pauta do dia conforme abaixo: 01) Projeto de Lei nº 215/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 096/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida em reunião posterior, será

assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e cinco, às 11h na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, os Srs. Deputados Durval Amaral, Antonio Anibelli, Cida Borghetti e o Presidente da Comissão Deputado André Vargas. Dando início à reunião extraordinária o Sr. Deputado Durval Amaral solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (3ª reunião ordinária do dia 26 de junho de 2005), solicitação aceita por todos. A seguir o Sr. Presidente passou a tratar do Projeto de Lei nº 428/2005 - Mensagem nº 029/2005, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida em reunião posterior, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e cinco, às 11h na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, os Srs. Deputados Waldir Leite, Cida Borghetti, Marcos Isfer, e o vice-Presidente Miltinho Pupio; Deputado Marcos Isfer pede dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior (2ª reunião extraordinária do dia 17 de agosto de 2005), todos aprovam. Em seguida passou-se à pauta da hora: 01) Projeto de Lei nº 468/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida em reunião posterior, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária
